

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
-----------------------	---

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	2
---------------------------	---

Balanço Patrimonial Passivo	3
-----------------------------	---

Demonstração do Resultado	5
---------------------------	---

Demonstração do Resultado Abrangente	6
--------------------------------------	---

Demonstração do Fluxo de Caixa	7
--------------------------------	---

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2018 à 31/12/2018	9
--------------------------------	---

DMPL - 01/01/2017 à 31/12/2017	10
--------------------------------	----

DMPL - 01/01/2016 à 31/12/2016	11
--------------------------------	----

Demonstração do Valor Adicionado	12
----------------------------------	----

Relatório da Administração	14
----------------------------	----

Notas Explicativas	26
--------------------	----

Pareceres e Declarações

Relatório do Auditor Independente - Sem Ressalva	62
--	----

Parecer do Conselho Fiscal ou Órgão Equivalente	65
---	----

Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	66
---	----

Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente	67
--	----

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Mil)	Último Exercício Social 31/12/2018
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	1.197.410.623
Preferenciais	0
Total	1.197.410.623
Em Tesouraria	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
Total	0

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2018	Penúltimo Exercício 31/12/2017	Antepenúltimo Exercício 31/12/2016
1	Ativo Total	2.863.113	2.672.305	2.245.354
1.01	Ativo Circulante	40.363	39.334	63.980
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	18.984	16.373	39.335
1.01.03	Contas a Receber	14.232	14.954	14.894
1.01.03.01	Clientes	14.232	14.917	12.463
1.01.03.02	Outras Contas a Receber	0	37	2.431
1.01.03.02.01	Contas a receber partes relacionadas	0	37	2.431
1.01.06	Tributos a Recuperar	3.961	4.808	4.907
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	3.961	4.808	4.907
1.01.07	Despesas Antecipadas	1.928	1.759	3.635
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	1.258	1.440	1.209
1.01.08.03	Outros	1.258	1.440	1.209
1.01.08.03.01	Outros créditos	1.258	1.440	1.209
1.02	Ativo Não Circulante	2.822.750	2.632.971	2.181.374
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	146.289	130.794	137.599
1.02.01.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo através do Resultado	28.822	24.643	22.757
1.02.01.07	Tributos Diferidos	63.421	47.401	33.916
1.02.01.07.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	63.421	47.401	33.916
1.02.01.08	Despesas Antecipadas	3.760	3.989	4.209
1.02.01.10	Outros Ativos Não Circulantes	50.286	54.761	76.717
1.02.01.10.03	Depósitos Judiciais	49.419	51.128	70.314
1.02.01.10.04	Outras Contas a Receber	225	221	220
1.02.01.10.05	Diferido	642	3.412	6.183
1.02.03	Imobilizado	2.060	2.162	2.148
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	2.060	2.162	2.148
1.02.04	Intangível	2.674.401	2.500.015	2.041.627
1.02.04.01	Intangíveis	2.674.401	2.500.015	2.041.627
1.02.04.01.01	Contrato de Concessão	2.674.401	2.500.015	2.041.627

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2018	Penúltimo Exercício 31/12/2017	Antepenúltimo Exercício 31/12/2016
2	Passivo Total	2.863.113	2.672.305	2.245.354
2.01	Passivo Circulante	1.059.301	178.954	436.434
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	7.553	7.709	7.579
2.01.01.01	Obrigações Sociais	7.553	7.709	7.579
2.01.02	Fornecedores	38.818	41.222	60.706
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	38.818	41.222	60.706
2.01.02.01.01	Fornecedores	24.904	21.842	44.476
2.01.02.01.02	Caução Contratual	13.914	19.380	16.230
2.01.03	Obrigações Fiscais	21.337	6.684	12.806
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	19.191	4.586	10.726
2.01.03.03	Obrigações Fiscais Municipais	2.146	2.098	2.080
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	67.653	60.622	54.795
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	67.653	60.622	54.795
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	67.653	60.622	54.795
2.01.05	Outras Obrigações	885.400	48.117	257.855
2.01.05.01	Passivos com Partes Relacionadas	878.933	43.283	251.809
2.01.05.01.03	Débitos com Controladores	878.777	41.987	248.471
2.01.05.01.04	Débitos com Outras Partes Relacionadas	156	1.296	3.338
2.01.05.02	Outros	6.467	4.834	6.046
2.01.05.02.04	Taxa de Fiscalização	989	961	913
2.01.05.02.05	Adiantamento de Seguros	0	0	798
2.01.05.02.06	Outras Contas a Pagar	5.478	3.873	4.335
2.01.06	Provisões	38.540	14.600	42.693
2.01.06.02	Outras Provisões	38.540	14.600	42.693
2.01.06.02.04	Provisões para Investimentos em Rodovias	0	0	23.595
2.01.06.02.05	Provisão para Manutenção em Rodovias	38.540	14.600	19.098
2.02	Passivo Não Circulante	638.001	1.380.872	1.118.495
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	446.234	502.231	550.689
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	446.234	502.231	550.689

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2018	Penúltimo Exercício 31/12/2017	Antepenúltimo Exercício 31/12/2016
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional	446.234	502.231	550.689
2.02.02	Outras Obrigações	131.984	790.895	500.280
2.02.02.01	Passivos com Partes Relacionadas	131.491	780.430	500.280
2.02.02.01.03	Débitos com Controladores	131.491	780.430	500.280
2.02.02.02	Outros	493	10.465	0
2.02.02.02.04	Obrigações fiscais	493	10.465	0
2.02.04	Provisões	59.783	87.746	67.526
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	11.767	10.006	7.405
2.02.04.01.05	Provisões Cíveis Trabalhistas e Regulatórias	11.767	10.006	7.405
2.02.04.02	Outras Provisões	48.016	77.740	60.121
2.02.04.02.04	Provisões para Manutenção em Rodovias	26.729	57.421	60.121
2.02.04.02.05	Provisões para Investimentos em Rodovias	21.287	20.319	0
2.03	Patrimônio Líquido	1.165.811	1.112.479	690.425
2.03.01	Capital Social Realizado	1.272.296	1.188.296	739.996
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	-106.485	-75.817	-49.571

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2018 à 31/12/2018	Penúltimo Exercício 01/01/2017 à 31/12/2017	Antepenúltimo Exercício 01/01/2016 à 31/12/2016
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	526.552	770.615	689.611
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-474.982	-699.200	-625.628
3.03	Resultado Bruto	51.570	71.415	63.983
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-29.529	-28.947	-32.942
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-30.764	-30.074	-32.992
3.04.02.01	Gerais e Administrativas	-28.052	-28.122	-31.100
3.04.02.02	Remuneração da Administração	-2.647	-1.946	-1.868
3.04.02.03	Tributárias	-65	-6	-24
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	1.235	1.127	50
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	22.041	42.468	31.041
3.06	Resultado Financeiro	-69.358	-82.199	-99.240
3.06.01	Receitas Financeiras	2.689	7.228	5.211
3.06.02	Despesas Financeiras	-72.047	-89.427	-104.451
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	-47.317	-39.731	-68.199
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	16.649	13.485	23.159
3.08.01	Corrente	629	0	0
3.08.02	Diferido	16.020	13.485	23.159
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	-30.668	-26.246	-45.040
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	-30.668	-26.246	-45.040
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)			
3.99.01	Lucro Básico por Ação			
3.99.01.01	ON	-0,02530	-0,02840	-0,08740

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2018 à 31/12/2018	Penúltimo Exercício 01/01/2017 à 31/12/2017	Antepenúltimo Exercício 01/01/2016 à 31/12/2016
4.01	Lucro Líquido do Período	-30.668	-26.246	-45.040
4.03	Resultado Abrangente do Período	-30.668	-26.246	-45.040

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2018 à 31/12/2018	Penúltimo Exercício 01/01/2017 à 31/12/2017	Antepenúltimo Exercício 01/01/2016 à 31/12/2016
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	120.691	103.809	43.760
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	177.329	163.049	121.687
6.01.01.01	Lucro ou prejuízo do período	-30.668	-26.246	-45.040
6.01.01.02	Depreciação e Amortização	103.962	92.904	68.229
6.01.01.04	Baixas de ativos permanentes	916	1.275	4.889
6.01.01.05	Imposto de renda e contribuição social diferidos	-16.020	-13.485	-23.159
6.01.01.07	Receitas com aplicação financeiras vinculadas	-1.507	-2.320	-2.560
6.01.01.08	Juros e variações monetárias sobre mútuos	39.855	52.579	63.105
6.01.01.09	Juros e variações monetárias de empréstimos	25.360	34.440	36.588
6.01.01.10	Atualização monetária de provisão para riscos cíveis, trabalhistas e regulatórios	333	0	0
6.01.01.11	Despesas/(receitas financeiras dos ajustes e valor presente	4.329	-2.706	1.054
6.01.01.12	Constituição (reversão) de provisão para riscos cíveis, trabalhistas e regulatórios	3.911	4.836	7.101
6.01.01.13	Constituição (reversão) de provisão para manutenção	46.858	21.772	11.480
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-56.776	-61.370	-72.064
6.01.02.01	Contas a receber	681	-2.455	476
6.01.02.02	Contas a receber - partes relacionadas	37	2.394	-2.431
6.01.02.03	Impostos a recuperar	1.873	2.032	-3.942
6.01.02.05	Depósitos judiciais	-1.356	6.573	0
6.01.02.06	Fornecedores	-4.279	-10.739	-8.320
6.01.02.07	Fornecedores - partes relacionadas	-3	307	744
6.01.02.08	Cauções contratuais de fornecedores	-2.579	-1.299	-3.193
6.01.02.09	Obrigações Sociais	-156	130	283
6.01.02.10	Obrigações Fiscais	2.785	-20.159	1.781
6.01.02.15	Outros contas a pagar	-8.025	11.225	-1.046
6.01.02.16	Provisão para riscos cíveis, trabalhistas e regulatórios	-2.483	-2.235	-601
6.01.02.18	Pagamento de juros	-43.271	-47.144	-55.815
6.01.03	Outros	138	2.130	-5.863
6.01.03.02	Despesas antecipadas	60	2.096	-3.902
6.01.03.03	Outros créditos	78	34	-223

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2018 à 31/12/2018	Penúltimo Exercício 01/01/2017 à 31/12/2017	Antepenúltimo Exercício 01/01/2016 à 31/12/2016
6.01.03.04	Sinistros	0	0	-1.738
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-277.529	-525.043	-413.739
6.02.01	Aquisição de ativo imobilizado	-497	-624	-714
6.02.02	Aquisição de ativo intangível	-273.334	-522.920	-409.788
6.02.03	Aplicação financeira Vinculada	-4.861	-2.984	-7.489
6.02.04	Valor resgatado das aplicações vinculadas	1.163	1.485	4.252
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	159.449	398.272	395.126
6.03.01	Captação de empréstimos e financiamentos	0	0	82.067
6.03.02	Pagamentos de empréstimos - principal	-55.468	-50.798	-41.424
6.03.03	Captações de empréstimos empresas ligadas	128.700	0	0
6.03.12	Risco sacado	2.217	770	3.483
6.03.14	Aumento de capital	84.000	448.300	351.000
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	2.611	-22.962	25.147
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	16.373	39.335	14.188
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	18.984	16.373	39.335

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2018 à 31/12/2018**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	1.188.296	0	0	-75.817	0	1.112.479
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	1.188.296	0	0	-75.817	0	1.112.479
5.04	Transações de Capital com os Sócios	84.000	0	0	0	0	84.000
5.04.08	Capital Integralizado	84.000	0	0	0	0	84.000
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-30.668	0	-30.668
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	-30.668	0	-30.668
5.07	Saldos Finais	1.272.296	0	0	-106.485	0	1.165.811

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2017 à 31/12/2017**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	739.996	0	0	-49.571	0	690.425
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	739.996	0	0	-49.571	0	690.425
5.04	Transações de Capital com os Sócios	448.300	0	0	0	0	448.300
5.04.01	Aumentos de Capital	506.000	0	0	0	0	506.000
5.04.08	(-) Capital a Integralizar	-57.700	0	0	0	0	-57.700
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-26.246	0	-26.246
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	-26.246	0	-26.246
5.07	Saldos Finais	1.188.296	0	0	-75.817	0	1.112.479

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2016 à 31/12/2016**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	388.996	0	0	-4.531	0	384.465
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	388.996	0	0	-4.531	0	384.465
5.04	Transações de Capital com os Sócios	351.000	0	0	0	0	351.000
5.04.01	Aumentos de Capital	393.000	0	0	0	0	393.000
5.04.08	(-) Capital a Integralizar	-42.000	0	0	0	0	-42.000
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-45.040	0	-45.040
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	-45.040	0	-45.040
5.07	Saldos Finais	739.996	0	0	-49.571	0	690.425

DFs Individuais / Demonstração do Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2018 à 31/12/2018	Penúltimo Exercício 01/01/2017 à 31/12/2017	Antepenúltimo Exercício 01/01/2016 à 31/12/2016
7.01	Receitas	558.830	800.460	715.055
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	337.724	316.308	263.932
7.01.02	Outras Receitas	221.106	484.152	451.123
7.01.02.01	Receita dos serviços de construção	214.791	479.054	447.060
7.01.02.02	Outras Receitas	6.315	5.098	4.063
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-363.109	-599.259	-556.281
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	-50.988	-50.213	-46.556
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-22.876	-21.535	-21.263
7.02.04	Outros	-289.245	-527.511	-488.462
7.02.04.01	Custo da Concessão	-17.447	-17.317	-16.280
7.02.04.02	Custos dos Serviços de Construção	-214.791	-479.054	-447.060
7.02.04.03	Custo de provisão de manutenção em rodovias	-46.858	-21.772	-11.480
7.02.04.04	Outros	-10.149	-9.368	-13.642
7.03	Valor Adicionado Bruto	195.721	201.201	158.774
7.04	Retenções	-103.962	-92.904	-68.229
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-103.962	-92.904	-68.229
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	91.759	108.297	90.545
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	53.458	59.991	62.322
7.06.02	Receitas Financeiras	2.689	7.228	5.211
7.06.03	Outros	50.769	52.763	57.111
7.06.03.01	Juros Capitalizados	50.769	52.763	57.111
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	145.217	168.288	152.867
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	145.217	168.288	152.867
7.08.01	Pessoal	37.915	36.123	34.749
7.08.01.01	Remuneração Direta	28.856	27.779	26.410
7.08.01.02	Benefícios	6.907	6.390	6.407
7.08.01.03	F.G.T.S.	2.152	1.954	1.932
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	14.247	15.671	2.167
7.08.02.01	Federais	-2.889	-353	-11.225

DFs Individuais / Demonstração do Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2018 à 31/12/2018	Penúltimo Exercício 01/01/2017 à 31/12/2017	Antepenúltimo Exercício 01/01/2016 à 31/12/2016
7.08.02.02	Estaduais	8	11	1
7.08.02.03	Municipais	17.128	16.013	13.391
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	54.538	56.310	58.083
7.08.03.01	Juros	25.360	34.440	36.634
7.08.03.02	Aluguéis	1.738	1.651	1.389
7.08.03.03	Outras	27.440	20.219	20.060
7.08.03.03.01	Juros Capitalizados BNDES	21.439	18.912	17.308
7.08.03.03.03	Outros	6.001	1.307	2.752
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	-30.668	-26.246	-45.040
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	-30.668	-26.246	-45.040
7.08.05	Outros	69.185	86.430	102.908
7.08.05.01	Juros Partes Relacionadas	39.855	52.579	63.105
7.08.05.02	Juros Capitalizados	29.330	33.851	39.803

Relatório da Administração



RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO DA AUTOPISTA LITORAL SUL S.A.

Atendendo às disposições legais e estatutárias, a Administração da Autopista Litoral Sul S.A. (“Companhia” ou “Litoral Sul”) submete à apreciação de seus investidores e do mercado em geral o Relatório da Administração relativo ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2018.

CONTEXTO DO NEGÓCIO E ATIVIDADE

A Autopista Litoral Sul, uma das nove concessionárias do grupo Arteris S.A., é a responsável, pela administração de 358,6 quilômetros, trecho que está duplicado desde o início da década de 1990 e compreende o Contorno Leste de Curitiba BR-116, (km 71,1 ao 115,2) a BR-376, (km 616,6 ao 685,5) e a BR-101 (km 0 ao 244,7), conectando a capital paranaense ao município de Palhoça, no Estado de Santa Catarina. A concessão para administrar e conservar o trecho foi outorgada à Companhia em fevereiro de 2008, com o objetivo de explorar o Lote 7 do Programa de Concessões Rodoviárias Federais. O trecho administrado pela Companhia corta os municípios de Curitiba, Quatro Barras, Piraquara, São José dos Pinhais, Tijucas do Sul e Guaratuba, no Estado do Paraná e os municípios de Garuva, Joinville, Araquari, Barra Velha, Piçarras, Penha, Navegantes, Itajaí, Camboriú, Balneário Camboriú, Itapema, Porto Belo, Tijucas, Governador Celso Ramos, Biguaçu, São José e Palhoça, no Estado de Santa Catarina. Por ser a principal ligação entre São Paulo, Curitiba e todo o litoral de Santa Catarina, o trecho acabou sendo um importante instrumento para o desenvolvimento industrial e turístico da região, passando a ser conhecido como Corredor do Mercosul.

O prazo da concessão da rodovia é de 25 anos, contados da data do recebimento do controle do sistema rodoviário existente, expirando em fevereiro de 2033. Extinta a concessão, retornam ao Poder Concedente todos os bens reversíveis, direitos e privilégios vinculados à exploração do sistema rodoviário transferidos à concessionária, ou por ela implantados no âmbito da concessão. A concessionária terá direito à indenização correspondente ao saldo não amortizado ou depreciado dos bens, cuja aquisição, devidamente autorizada pelo Poder Concedente, tenha ocorrido nos últimos cinco anos do prazo da concessão, desde que realizada para garantir a continuidade e a atualidade dos serviços abrangidos pela concessão.

Relatório da Administração



Atualmente, a Companhia opera cinco praças de pedágio localizadas ao longo da malha viária sob sua concessão com as seguintes características:

Nome da Praça	Localização	Tarifa (R\$)
Praça de pedágio de São José dos Pinhais – P1	Km 637+600 BR 376	2,70
Praça de pedágio de Garuva – P2	Km 001+350 BR 101	2,70
Praça de pedágio de Araquari – P3	Km 079+400 BR 101	2,70
Praça de pedágio de Porto Belo – P4	Km 159+000 BR 101	2,70
Praça de pedágio de Palhoça – P5	Km 243+000 BR 101	2,70

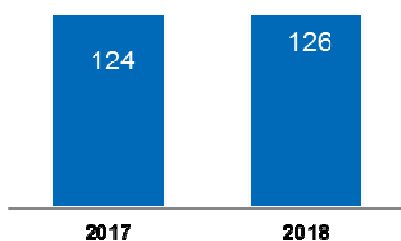
DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO

Tráfego

O tráfego pedagiado totalizou 126 milhões de veículos equivalentes em 2018, um aumento de 1,6% quando comparado ao exercício anterior. A variação refere-se a melhora no cenário econômico, principalmente em Santa Catarina que teve um crescimento do PIB acima da média nacional para período. A recuperação positiva acarretou no aumento do fluxo de veículos nas rodovias.

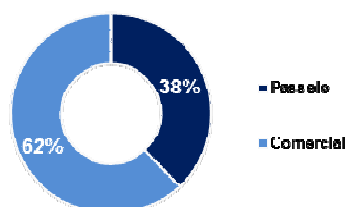
Tráfego Pedagiado

Veículos Equivalentes (milhões)



Composição do Tráfego

Ano 2018



Relatório da Administração



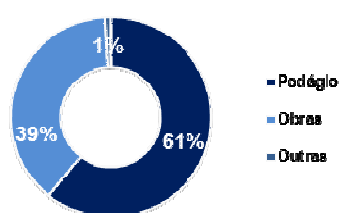
Receita

A receita bruta da Companhia, composta por receita de pedágio, receita de obras e outras receitas acessórias, totalizou R\$557 milhões em 2018, uma redução de 30,3% em relação aos R\$799 milhões registrados em 2017.

Receita Bruta (R\$ milhões)



Composição da Receita Bruta Ano 2018



A receita de pedágio cresceu 6,8%, passando de R\$316,3 milhões em 2017 para R\$337,7 milhões em 2018. A variação deve-se ao aumento no tráfego juntamente ao reajuste tarifário que ocorreu em fevereiro/2018, onde a tarifa passou de R\$2,60 para R\$2,70.

A receita de obras diminuiu R\$264,3 milhões (55,2%), passando de R\$479,1 milhões em 2017 para R\$214,8 milhões em 2018. A redução é devida ao término ainda no 1T17 das obras de artes especiais (Trevos e Viadutos), restando apenas como obra relevante a implantação do Contorno de Florianópolis.

As receitas acessórias, oriundas da exploração da faixa de domínio, totalizaram R\$5,1 milhões em 2018, representando apenas 0,9% da receita bruta.

No ano de 2018, a Companhia obteve receita líquida de R\$526,6 milhões, uma redução de R\$244,1 milhões em relação ao ano de 2017.

Relatório da Administração**Custos e Despesas (excl. depreciação e amortização)**

R\$ milhões	2018	2017	Var.
Custo dos serviços de construção	(214,8)	(479,1)	-55,2%
Serviços de terceiros	(38,8)	(37,4)	3,9%
Pessoal	(35,3)	(34,2)	3,2%
Provisão p/ manutenção em rodovias	(46,9)	(21,8)	115,2%
Conservação	(15,8)	(16,1)	-1,9%
Verba de fiscalização	(11,8)	(11,5)	3,2%
Seguros e garantias	(3,2)	(3,4)	-6,0%
Remuneração da Administração	(2,6)	(1,9)	36,0%
Consumo	(9,8)	(8,9)	10,2%
Outros	(21,5)	(21,0)	2,3%
Custos e despesas	(400,5)	(635,2)	-36,9%

Os custos e despesas (excluindo depreciações e amortizações) apresentaram uma queda de 36,9% em 2018 comparado ao exercício de 2017. A variação é justificada principalmente pelos custos e despesas abaixo relacionados:

- O Custo de Obras apresentou uma redução de R\$264,3 milhões, como comentado no item da receita, é devida ao término ainda no 1T17 das obras de artes especiais (Trevos e Viadutos), restando apenas como obra relevante a implantação do Contorno de Florianópolis.
- Na Provisão para Manutenção em Rodovias o incremento de R\$25,1 milhões deve-se as realizações das obras.
- A remuneração da administração aumentou 36% no exercício de 2018. Conforme proposta da Administração aprovada em ata de Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária de abril/2018, sendo a remuneração global anual sem encargos de até R\$1.700, onde em 2017 era de até R\$1.000.
- Para o Consumo a variação de 10,2% de 2018 para 2017 referente a gastos de energia elétrica, onde ocorreu reajuste da tarifa básica em torno de 15%, além da implantação de novos pontos de iluminação instalados na rodovia.

Relatório da Administração



EBITDA e EBITDA Ajustado

R\$ milhões	2018	2017	Var.
Receita Líquida	526,6	770,6	-31,7%
(-) Custos e despesas (excl. deprec. e amortização)	(400,5)	(635,2)	-36,9%
EBITDA ¹	126,0	135,4	-6,9%
(+) Provisão para manutenção de rodovias	46,9	21,8	115,2%
EBITDA Ajustado ²	172,9	157,1	10,0%

¹ EBITDA (Earnings before Interest, Taxes, Depreciation and Amortization): medida de desempenho operacional dada pelo Lucro antes dos Juros, Impostos, Depreciação e Amortização (LAJIDA). O EBITDA não é medida utilizada nas práticas contábeis e também não representa fluxo de caixa para os períodos apresentados, não devendo ser considerado como alternativa ao fluxo de caixa na qualidade de indicador de liquidez. O EBITDA não tem significado padronizado e, portanto, não pode ser comparado ao EBITDA de outras companhias.

² Considera os ajustes relativos a reversões da provisão p/ manutenção de rodovias (pronunciamento contábil ICPC 01). A Companhia entende que o EBITDA ajustado é a melhor representação da sua geração de caixa operacional uma vez que a provisão para a manutenção é um item significativo que não possui efeito caixa na demonstração do resultado do exercício.

A Companhia entende que a melhor demonstração da geração de caixa das atividades operacionais, compreendidas pela cobrança de pedágio e operação dos principais serviços nas rodovias, é medida pelo EBITDA Ajustado, que corresponde ao EBITDA mais a reversão da provisão para manutenção de rodovias, cujo efeito caixa ocorrerá somente em exercício fiscal futuro.

O EBITDA Ajustado, excluindo os efeitos das provisões de manutenção em rodovias advindas da adoção do ICPC-01, encerrou o ano de 2018 em R\$172,9 milhões, uma variação positiva em relação ao ano anterior. O acréscimo de 10% refere-se principalmente refere-se a redução nos custos e despesas, ao aumento na receita de pedágio considerando o incremento de tarifa e aumento de tráfego.

Resultado Financeiro

R\$ milhões	2018	2017	Var.
Receitas Financeiras	2,7	7,2	-62,8%
Despesas Financeiras	(72,0)	(89,4)	-19,4%
Resultado Financeiro Líquido	(69,4)	(82,2)	-15,6%

Em 2018, a Companhia apresentou um resultado financeiro líquido negativo de R\$69,4 milhões, o que representa uma melhora de 15,6% em comparação com o ano de 2017.

Em 2018 a receita financeira totalizou R\$2,7 milhões, uma redução de R\$4,5 milhões em relação ao ano anterior. Em 2017 ocorreu a devolução de um depósito judicial (garantir multas com o órgão regulatório) que foi substituído por um seguro garantia e, a reversão da provisão para manutenção que gerou um just

Relatório da Administração



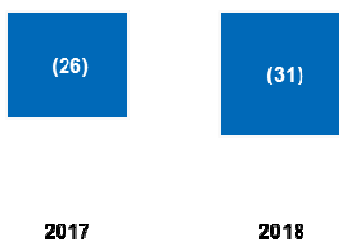
a valor presente positivo. Os pontos mencionados não ocorreram 2018, o que provocaram a variação com relação a 2017.

As despesas financeiras apresentaram uma queda de R\$17,4 milhões em comparação a 2017, o que representa uma redução de 19,4%. Esse movimento é decorrente da diminuição das taxas de juros que incidem sobre os financiamentos, além de um menor endividamento ao longo de 2018.

Prejuízo Líquido

A Companhia encerrou o ano de 2018 com R\$31 milhões de prejuízo líquido, que corresponde a um valor 19,2% superior ao ano de 2017. O aumento refere-se aos custos dos serviços da manutenção que foram mais relevantes nesse exercício.

Prejuízo Líquido (R\$ milhões)



Endividamento

R\$ milhões	31/12/2018	31/12/2017	Var.
Dívida Bruta	513,9	562,9	-8,7%
Curto Prazo	67,7	60,6	11,6%
Longo Prazo	446,2	502,2	-11,1%
Disponibilidades e aplicações financeiras ¹	47,8	41,0	16,6%
Dívida Líquida	466,1	521,8	-10,7%

¹ Curto e longo prazo.

Em 31 de dezembro de 2018, o endividamento bruto totalizou R\$513,9 milhões, uma redução de R\$ 49 milhões (8,7%) em relação ao ano anterior. A dívida bruta é composta pelo empréstimo de longo prazo contratado junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES).

Relatório da Administração



O endividamento líquido (composto pela dívida bruta menos caixa, equivalentes de caixa, aplicações financeiras e aplicações financeiras vinculadas) encerrou o ano de 2018 em R\$466,1 milhões, redução de R\$55,7 milhões em relação ao montante de R\$521,8 milhões registrado no encerramento do exercício de 2017. O grau de alavancagem, medido pela relação dívida líquida / EBITDA Ajustado, ficou em 2,7 vezes.

INVESTIMENTOS

O Contorno de Florianópolis, uma das mais importantes obras para a região, foi iniciado em maio de 2014, logo após a emissão da Licença de Instalação pelo IBAMA para um trecho de 14 quilômetros. Posteriormente em maio de 2015 houve a emissão de uma Licença Ambiental retificadora, abrangendo uma extensão total de 47 quilômetros. Atualmente estão em andamento as obras no Trecho Norte e Trecho Intermediário, contendo 4 trevos em desnível, sendo que o Trevo do km 204+200 está em andamento e o km 215+380 encontra-se concluído e 13 passagens inferiores sendo que destas 6 estão em andamento e 3 estão concluídas.

RECURSOS HUMANOS

A seguir evolução do quadro de pessoal e índice de rotatividade.

	2018	2017
Empregos Diretos	601	692
Rotatividade	2,04%	2,29%

No que concerne à diversidade, a Autopista Litoral Sul apresenta uma participação majoritária de 50,42% de mulheres, contra 49,58% de homens. A média de idade está concentrada em 32 anos. A base de formação educacional do efetivo de pessoal centra-se no Ensino Médio Completo, com 69,7% dos profissionais. Vale mencionar que 11% possuem superior completo.

Ao longo de 2018, a Companhia buscou capacitar seus profissionais com a realização de treinamentos. As atividades envolveram uma média de 25,88 horas de treinamento por profissional.

RESPONSABILIDADE SOCIAL E AMBIENTAL

Sustentabilidade

Relatório da Administração



A Arteris é uma companhia que conduz seus negócios e tomadas de decisões de forma sustentável, garantindo que sua atuação esteja atrelada a um planejamento estratégico alinhado com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da ONU. Para o Grupo, a sustentabilidade do negócio tem como objetivo oferecer soluções e grandes entregas para o desenvolvimento da infraestrutura brasileira, além de gerar valor para todos os seus stakeholders e comunidades próximas a sua operação.

Nesse contexto, a Arteris trabalha cinco pilares estratégicos que visam orientar o planejamento da companhia. São eles: integridade, crescimento e rentabilidade, pessoas, segurança, e relações e diálogo. Além disso, o Grupo possui outros dois temas transversais que permeiam todos pilares: ação social e tecnologia e inovação.

Integridade

A integridade está no DNA da Arteris e em tudo o que ela faz. Atualmente, a companhia conta com um Programa de Integridade, cujo objetivo é garantir que todos os departamentos da companhia estejam igualmente alinhados com o tema, atuando dentro dos padrões da ética e com transparência.

Dentro do Plano de Sustentabilidade da Arteris, a integridade é uma premissa que vai além de gerar uma boa reputação para a companhia. Ela é princípio fundamental para todas as ações do Grupo em seus mecanismos de controle, na implantação de políticas e práticas anticorrupção e no atendimento à legislação e regras. Constantemente, o Grupo apresenta suas práticas de governança perante o setor, a fim de ampliar os mecanismo de avaliação e controle de riscos de compliance.

Nesse contexto, em 2018, a Arteris e todas as empresas pertencentes ao Grupo aderiram ao Pacto Empresarial pela Integridade e Contra a Corrupção, criado pelo Instituto Ethos. Ao assinar o Pacto, o Grupo assumiu o compromisso de divulgar a legislação brasileira anticorrupção para seus colaboradores e públicos de interesse, a fim de que ela seja cumprida em sua totalidade. Além disso, se comprometeu a impedir qualquer forma de suborno, trabalhar pela legalidade e primar pela transparência de informações e colaboração em investigações, quando necessário.

Relatório da Administração



Crescimento e Rentabilidade

Ao longo dos anos, a Arteris tem se consolidado no setor como uma empresa focada em crescimento do negócio, tanto por meio de suas concessões existentes como pelo mapeamento de novas oportunidades no setor.

Oferecer serviços com excelência aos usuários e buscar projetos rentáveis para o Grupo e seus acionistas são as premissas que norteiam esse pilar e todas as iniciativas da companhia. Além disso, a Arteris é comprometida com os cuidados com o meio ambiente, desenvolvendo iniciativas de reflorestamento e recuperação de áreas degradadas por suas operações.

Ano a ano, os investimentos do Grupo em infraestrutura, excelência operacional, campanhas de conscientização e comunicação vêm contribuindo para transformar a realidade das rodovias concedidas, aprimorando continuamente suas condições de tráfego, comodidade e segurança, ao mesmo tempo em que favorecem para o crescimento sustentável do negócio do ponto de vista financeiro.

Pessoas

A Arteris conduz o desenvolvimento de seus colaboradores de forma que o crescimento pessoal e profissional de cada um estimule o crescimento do negócio. Reter talentos e engajar o público interno nos temas voltados para sustentabilidade estão entre as prioridades estratégicas da companhia.

Adicionalmente, a empresa trabalha constantemente para conectar o desenvolvimento de seus profissionais com ações de voluntariado. O programa de voluntários do Grupo oferece aos colaboradores da Arteris a possibilidade de praticarem a cidadania, em linha com os valores da companhia.

Segurança

O respeito à vida é parte integrante do Plano de Sustentabilidade da companhia, que tem como um dos principais desafios buscar zero fatalidades e liderar o debate para o desenvolvimento de ações conjuntas e estruturadas sobre o tema, fortalecendo a cultura de mobilidade segura na sociedade.

Quando se fala de sustentabilidade, a Arteris acredita que a segurança reflete o impacto positivo do negócio para a sociedade, seja por meio da excelência da operação, seja pela transformação no

Relatório da Administração



comportamento provocada pelas campanhas e programas da companhia voltados para educação no trânsito.

A Arteris está comprometida com a meta da “Década de Ação pela Segurança no Trânsito”, da ONU, que estabelece o objetivo de reduzir as mortes no trânsito pela metade até 2020. Até o momento, o Grupo já reduziu em 46% o total de fatalidades em suas rodovias no período de 2011 a 2018.

Iniciativas como essa reforçam o comprometimento do Grupo em ser referência em segurança não só nas rodovias que administra, mas também no contexto de segurança do trabalho.

Relações e Diálogo

A Arteris é uma empresa engajada em propor e promover discussões públicas sobre temas estratégicos do negócio e do setor como um todo. Potencializar o relacionamento com stakeholders que permitam gerar valor compartilhado para o Grupo é uma prática de diferentes áreas da companhia, principalmente em assuntos relacionados à operação e eficiência ambiental, com foco na redução de impactos e identificação de novas oportunidades.

Inovação e tecnologia

Conduzir todos os pilares sob uma perspectiva inovadora é a maneira que o Grupo enxerga para estimular melhoria de processos, identificar oportunidades de parceria e negócios, além de manter o protagonismo nas discussões do setor.

Ação Social

Com relação às ações sociais, a companhia acredita na estratégia de alinhá-las ao ciclo de vida de suas empresas e respectivas localidades, a partir de uma política de investimento social com critérios claros.

Atualmente, a Arteris conta com o Projeto Escola, que, há 17 anos, desenvolve atividades com professores e alunos da rede pública de educação. Além disso, o Grupo também desenvolve diversas ações que disseminam mensagens de segurança junto a públicos estratégicos para a redução de acidentes, iniciativas voltadas para saúde e bem estar, e apoio a projetos culturais, sociais e esportivos, com o objetivo de promover inclusão social.

Relatório da Administração



CONSIDERAÇÕES FINAIS

Relacionamento com Auditores Independentes

Em atendimento à determinação da Instrução CVM nº 381/03 informamos que, no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2018, não contratamos nossos Auditores Independentes para trabalhos diversos daqueles de auditoria externa. Em nosso relacionamento com o Auditor Independente, buscamos avaliar o conflito de interesses com trabalhos de não auditoria com base no seguinte: o auditor não deve (a) auditar seu próprio trabalho, (b) exercer funções gerenciais e (c) promover nossos interesses.

Declaração da Diretoria

Na qualidade de Diretores da Autopista Litoral Sul S.A., declaramos, nos termos do artigo 25 da Instrução CVM nº 480, datada de 7 de dezembro de 2009, que revimos, discutimos e concordamos (i) com o conteúdo e opinião expressos no relatório do Auditor da Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes e (ii) com as demonstrações financeiras relativas ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2018.

Joinville, 27 de fevereiro de 2019.

A Administração

Relatório da Administração



Diretoria

Andre Giavina Bianchi
Diretor Superintendente

Juan Gabriel Lopez Moreno
Diretor Econômico Financeiro/
Diretor de Relações com Investidores

Flavia Lucia Mattioli Tâmega
Diretora Jurídica

Contador

Adriano Pelek
CRC – PR 048770/O-0

Conselho de Administração

Andre Dorf
Conselheiro

Flavia Lucia Mattioli Tâmega
Conselheira

Juan Gabriel Lopez Moreno
Conselheiro

Linomar Barros Deroldo
Conselheiro

Notas Explicativas

Autopista Litoral Sul S.A.

Demonstrações Financeiras Referentes ao
Exercício Findo em 31 de Dezembro de 2018 e
Relatório dos Auditores Independentes sobre
as Demonstrações Financeiras

Deloitte Touche Tohmatsu Auditores
Independentes

Notas Explicativas

AUTOPISTA LITORAL SUL S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018

(Valores expressos em milhares de Reais - R\$, exceto quando de outra forma mencionado)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Autopista Litoral Sul S.A. ("Sociedade") é uma sociedade por ações, domiciliada no município de Joinville, Estado de Santa Catarina, Brasil, situada na Av. Santos Dumont, 935. Constituída em 19 de dezembro de 2007, sua controladora e "holding" é a Arteris S.A. A Sociedade tem como objeto social único a exploração do lote rodoviário BR-116/BR-376/PR e BR-101/SC, compreendendo o trecho entre Curitiba e Florianópolis, objeto do processo de licitação correspondente ao Lote 07, em conformidade com o Edital de Licitação nº 003/2007, publicado pela Agência Nacional de Transportes Terrestres ("ANTT"), sob a forma de concessão de serviço público pelo prazo de 25 anos iniciado em 14 de fevereiro de 2008, não sendo admitida a prorrogação do prazo de concessão, precedida da execução de obras públicas para recuperação, manutenção, monitoramento, conservação, operação, ampliação e melhorias da rodovia.

A Sociedade utiliza os recursos gerados pelas atividades operacionais para atender às suas necessidades de capital de giro. Adicionalmente, acessa o mercado de capitais e conta com empréstimos e financiamentos com as principais instituições financeiras e de fomento do país para complementar sua necessidade de caixa. Em 31 de dezembro de 2018 o passivo circulante supera o ativo circulante em R\$1.018.938 (R\$139.620 em 31 de dezembro de 2017).

A geração de caixa, somada à capacidade de crédito da Sociedade, além dos recursos oriundos de linhas de financiamento de longo prazo são adequados para fazer frente às suas obrigações de curto prazo registradas no passivo circulante, o que inclui a amortização de seus financiamentos classificados no circulantes, e a manutenção de nível de alavancagem adequado às suas obrigações de longo prazo.

Uma vez que as projeções de receita no médio e longo prazos apontam para patamares crescentes e sustentáveis, por meio da evolução do tráfego pedagiado e dos reajustes tarifários anuais, ao mesmo tempo em que o plano de obras é suportado por financiamento do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES e por recursos captados no mercado de capitais por meio da emissão de debêntures de infraestrutura ou outros valores mobiliários. A Administração acredita que a Sociedade possui condições para honrar as obrigações de curto e médio prazos existentes.

A emissão das demonstrações financeiras da Sociedade foi aprovada pelo Conselho de Administração em 27 de fevereiro de 2019.

2. CONCESSÕES

A Autopista Litoral Sul é uma sociedade por ações, e tem como objeto social único a exploração do lote rodoviário BR-116/BR-376/PR e BR-101/SC, compreendendo o trecho entre Curitiba e Florianópolis, objeto do processo de licitação correspondente ao Lote 07, em conformidade com o Edital de Licitação nº 003/2007.

A Sociedade está em plena operação desde 17 de junho de 2009, quando do início da operação de sua última praça de pedágio na BR - 101/km 220 - SC. A concessionária assumiu os seguintes compromissos de implantação de obras decorrentes da concessão:

- 30 km de terceira faixa.

Notas Explicativas

Litoral Sul S.A.

- 79,7 km de vias laterais.
- 94,7 km de variantes e contornos.
- Construção de 39 passarelas.
- Construção de 5 praças de pedágio.
- Construção de 9 bases de serviços operacionais – BSO's.
- Implantação e/ou reforma de postos de pesagem.
- Recuperação de toda a extensão da rodovia.

Conforme estabelecido no contrato de concessão, as tarifas de pedágio são reajustadas anualmente no mês de fevereiro, com base na variação do Índice de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA, além de inclusão e exclusão de pleitos tais como obras, impostos e serviços, que garantam o reequilíbrio do contrato.

Extinta a concessão, retornam ao Poder Concedente todos os bens reversíveis, direitos e privilégios vinculados à exploração dos sistemas rodoviários transferidos à concessionária ou por ela implantados no âmbito da concessão. A reversão será gratuita e automática, com os bens em perfeitas condições de operação, utilização e manutenção e livres de quaisquer ônus ou encargos. A Sociedade terá o direito à indenização correspondente ao saldo não amortizado ou depreciado dos bens, cuja aquisição, devidamente autorizada pelo Poder Concedente, tenha ocorrido nos últimos cinco anos do prazo da concessão, desde que realizada para garantir a continuidade e a atualidade dos serviços abrangidos pela concessão.

Em decorrência do modelo de contrato de concessão ser da forma não onerosa e considerar o menor preço de tarifa de pedágio, a Sociedade não paga ao Poder Concedente, pelo direito de exploração do lote mencionado, nenhum ônus fixo e/ou variável.

Os principais compromissos firmados pela Sociedade decorrentes do contrato de concessão são:

- (a) Efetuar o recolhimento à ANTT, ao longo de todo o prazo da concessão, da taxa de fiscalização que será destinada à cobertura de despesas com a fiscalização da concessão.

O valor anual, a título de verba de fiscalização, é de R\$6.424. A partir de 31 de dezembro de 2018 até o final do período de concessão, a Sociedade deverá recolher o montante de R\$91.007 a valor nominal, conforme determinado no contrato de concessão. A verba de fiscalização é corrigida pelo mesmo índice e na mesma data da correção da tarifa básica de pedágio.

- (b) A Sociedade deve assumir integralmente o risco decorrente de erros na determinação de quantitativos para execução de obras e serviços previstos no Programa de Exploração da Rodovia - PER.
- (c) Não cabe, durante o prazo da concessão, nenhuma solicitação de revisão tarifária devido à existência de diferenças de quantidade e/ou desconhecimento das características da rodovia pela Sociedade, sendo de sua responsabilidade a vistoria do trecho concedido, bem como o exame de todos os projetos e relatórios técnicos que lhe são concernentes, quando da apresentação de sua proposta inicial no leilão.
- (d) A Sociedade assume integralmente o risco decorrente de danos na rodovia que derivem de causas que deveriam ser objeto de seguro, conforme o Capítulo III, Título V, do edital do leilão.
- (e) A Sociedade assume integralmente o risco pela variação nos custos de seus insumos, mão de obra e financiamentos.

Notas Explicativas

- (f) A Sociedade assume integralmente riscos decorrentes da regularização do passivo ambiental dentro da faixa de domínio da rodovia, cujo fato gerador tenha ocorrido após a data da assinatura do contrato de concessão.
- (g) O estatuto social da Sociedade previa a obrigação de abrir seu capital social em até dois anos após a data do início do contrato de concessão, previsto para 15 de fevereiro de 2010. Os registros de sociedade por ações de capital aberto foram concedidos pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM em 29 de março de 2010.
- (h) A Sociedade deve apresentar anualmente as demonstrações financeiras para a ANTT e publicá-las.

A Sociedade estima em 31 de dezembro de 2018 o montante de R\$247.504 (R\$163.053 em 31 de dezembro de 2017) referente a investimentos para melhorias na infraestrutura, e de R\$487.446 (R\$403.041 em 31 de dezembro de 2017) referente a recuperações e manutenções, a valores atuais, para cumprir com as obrigações até o final do contrato de concessão.

A Sociedade vem negociando com o órgão regulador a execução de obras de melhorias de infraestrutura passíveis de reequilíbrio e em 31 de dezembro de 2018 estas obras estão estimadas em R\$1.780.265 (R\$1.507.211 em 31 de dezembro de 2017), as quais não estão incluídas no quadro acima.

Esses valores poderão ser alterados em razão de adequações contratuais e revisões periódicas das estimativas de custos no decorrer do período de concessão, sendo pelo menos anualmente revisados.

As estimativas de investimentos foram registradas mediante laudo preparado por peritos independentes e foram segregadas levando-se em consideração o que segue:

- i. Investimentos que geram potencial de receita adicional - registrados somente quando a prestação de serviço de construção está relacionada diretamente com a ampliação ou melhoria da infraestrutura, gerando receita adicional àquela prevista originalmente.
- ii. Investimentos que não geram potencial de receita adicional - registrados considerando a totalidade do contrato de concessão e apresentados a valor presente na data de transição, conforme mencionado na nota explicativa nº 16.

A Sociedade celebrou Termo de Ajuste de Conduta ("TAC"), com a ANTT, em decorrência de processos administrativos sancionatórios de possíveis não conformidades, instaurados pela ANTT, desde o início da concessão até 22 de setembro de 2014.

Em decorrência da assinatura desse TAC, a Sociedade, vem realizando o equivalente à R\$51.500 em novas obras não previstas no contrato de concessão, que já estão em andamento e trarão melhorias, segurança e conforto aos usuários, na rodovia objeto de sua concessão. Parte dessas obras estão concluídas.

3. BASE DE PREPARAÇÃO

Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil e os pronunciamentos, orientações e interpretações técnicas emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários.

Notas Explicativas

Litoral Sul S.A.

A Administração declara que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem as utilizadas pela Administração na sua gestão.

Base de mensuração

As demonstrações financeiras da Sociedade foram preparadas com base no custo histórico, exceto se indicado de outra forma.

Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações financeiras da Sociedade são apresentadas em Real - (R\$), que é a moeda funcional da Sociedade. Todas as demonstrações financeiras apresentadas foram arredondadas para milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

Uso de estimativa e julgamento

A preparação das demonstrações financeiras exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de práticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As informações sobre premissas e estimativas que possuam um risco significativo de resultar em um ajuste material dentro do próximo exercício estão relacionadas aos seguintes aspectos: determinação de taxas de desconto a valor presente utilizadas na mensuração de certos ativos e passivos de curto e longo prazos, determinação de provisões para manutenção, determinação de provisões para investimentos oriundos do contrato de concessão cujos benefícios econômicos estejam diluídos nas tarifas de pedágio, provisões para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas, perdas relacionadas a contas a receber e elaboração de projeções para teste recuperação dos ativos intangíveis e de realização de créditos de imposto de renda e contribuição social diferidos que, apesar de refletirem o julgamento da melhor estimativa possível por parte da Administração da Sociedade, podem eventualmente apresentar variações em relação aos dados e valores reais.

Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados.

De modo a proporcionar um entendimento de como a Sociedade forma seus julgamentos sobre eventos futuros, inclusive quanto a variáveis e premissas utilizadas nas estimativas, são incluídos comentários referentes a alguns assuntos, conforme segue:

Contabilização do contrato de concessão

Na contabilização do contrato de concessão, conforme determinado pela Interpretação Técnica do Comitê de Pronunciamentos Contábeis - ICPC 01, a Sociedade efetua análises que envolvem o julgamento da Administração, substancialmente no que diz respeito à aplicação da interpretação de contrato de concessão, determinação e classificação dos gastos de melhoria e construção como ativo intangível e avaliação dos benefícios econômicos futuros para fins de determinação do momento de reconhecimento dos ativos intangíveis gerados no contrato de concessão.

Momento de reconhecimento do ativo intangível

A Administração da Sociedade avalia o momento de reconhecimento dos ativos intangíveis com base nas características econômicas do contrato de concessão, segregando, os

Notas Explicativas

investimentos em dois grupos: (a) investimentos que geram potencial de receita adicional; e (b) investimentos que não geram potencial de receita adicional:

(a) Investimentos que geram potencial de receita adicional: são reconhecidos somente quando incorridos os custos da prestação de serviços de construção relacionados à ampliação ou melhoria da infraestrutura.

(b) Investimentos que não geram potencial de receita adicional: foram estimados considerando a totalidade do contrato de concessão e reconhecidos a valor presente na data de transição, conforme mencionado na nota explicativa nº 2.

Determinação de amortização anual dos ativos intangíveis oriundos do contrato de concessão

A Sociedade reconhece os efeitos de amortização dos ativos intangíveis decorrentes do contrato de concessão, limitados ao prazo da respectiva concessão. A Sociedade reconhece a amortização no resultado linearmente e com base no prazo remanescente da concessão, já que este método é o que reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo.

Determinação das receitas de construção

De acordo com CPC 47, quando a Sociedade contrata serviços de construção, deve reconhecer uma receita de construção quando realizada pelo valor justo e os respectivos custos transformados em despesas relativas ao serviço de construção contratado. A Administração da Sociedade avalia questões relacionadas à responsabilidade primária pela contratação de serviços, mesmo nos casos em que haja terceirização dos serviços, dos custos de gerenciamento e do acompanhamento das obras. Todas as premissas descritas são utilizadas para fins de determinação do valor justo das atividades de construção.

Provisão para manutenção referente ao contrato de concessão

A contabilização da provisão para manutenção, reparo e substituições nas rodovias é calculada com base na melhor estimativa de gasto para liquidar a obrigação a valor presente na data de encerramento do exercício, em contrapartida à despesa para manutenção ou recomposição da infraestrutura a um nível específico de operacionalidade. O passivo a valor presente deve ser progressivamente registrado e acumulado para fazer face aos pagamentos a serem feitos durante a execução das obras.

4. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As práticas contábeis adotadas na elaboração das demonstrações financeiras estão consistentes com aquelas divulgadas em 31 de dezembro de 2017, exceto pela adoção de novos pronunciamentos contábeis conforme mencionado abaixo:

Classificação dos ativos e passivos financeiros na adoção inicial do CPC 48 – Instrumentos financeiros

O quadro abaixo apresenta os ativos financeiros classificados de acordo com o CPC 40 e as novas categorias de mensuração de acordo o CPC 48:

Notas Explicativas

Litoral Sul S.A.

Ativo ou passivo financeiro	Classificação inicial pelo CPC 40	Saldo em 31.12.2017	Nova classificação de acordo com o CPC 48
Equivalentes de caixa	Ativo financeiro mantido até o vencimento	16.373	Mensurados a valor justo por meio de resultado
Contas a receber clientes	Empréstimos recebíveis	14.917	Custo amortizado
Partes relacionadas	Empréstimos recebíveis	37	Custo amortizado
Aplicações financeiras vinculadas	Ativo financeiro mantido até o vencimento	24.643	Mensurados a valor justo por meio de resultado
*Outros Créditos	Empréstimos recebíveis	1.396	Custo amortizado
Empréstimos e financiamentos	Passivo financeiro mensurado pelo custo amortizado	558.587	Custo amortizado
Empréstimos partes relacionadas	Passivo financeiro mensurado pelo custo amortizado	821.479	Custo amortizado
Fornecedores e cauções contratuais	Passivo financeiro mensurado pelo custo amortizado	41.222	Custo amortizado
Fornecedores - Risco sacado	Passivo financeiro mensurado pelo custo amortizado	4.266	Custo amortizado
Partes relacionadas	Passivo financeiro mensurado pelo custo amortizado	2.234	Custo amortizado
Taxa de fiscalização	Passivo financeiro mensurado pelo custo amortizado	961	Custo amortizado
Outras contas a pagar	Passivo financeiro mensurado pelo custo amortizado	14.338	Custo amortizado

(*) As aplicações financeiras vinculadas de acordo com a nova classificação do CPC 48 são mensuradas a valor justo por meio do resultado, tendo sido alterada a descrição utilizada na apresentação do trimestre anterior em divulgação na Comissão de Valores Mobiliários - CVM.

4.1 Instrumentos Financeiros

Os instrumentos financeiros ativos e passivos podem ser classificados nas seguintes categorias específicas: mensurados ao valor justo por meio de resultado, valor justo por meio de outros resultados abrangentes e custo amortizado.

A categoria depende da finalidade para a qual os ativos e passivos financeiros foram adquiridos ou contratados e é determinada no reconhecimento inicial dos instrumentos financeiros.

Os ativos e passivos financeiros mantidos pela Sociedade são classificados sob as seguintes categorias:

Ativos Financeiros mensurados ao valor justo por meio de resultado

São ativos financeiros mantidos para negociação, quando são adquiridos para esse fim, principalmente no curto prazo e são mensurados ao valor justo na data das demonstrações financeiras, sendo as variações reconhecidas no resultado. Os instrumentos financeiros derivativos também são classificados nessa categoria.

No caso da Sociedade, nessa categoria estão incluídos unicamente os instrumentos financeiros derivativos. Os saldos dos instrumentos derivativos não liquidados são

Notas Explicativas

mensurados ao valor justo na data das demonstrações financeiras e classificados no ativo ou passivo, sendo as variações no valor justo registradas, respectivamente, nas rubricas de "Receitas financeiras" ou "Despesas financeiras".

Custo amortizado

Estes ativos são mensurados de forma subsequente ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por *impairment* (quando for o caso). A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e *impairment*, quando aplicável, são reconhecidos diretamente no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado

4.2 Caixa e equivalente de caixa

Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. Incluem caixa, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras realizáveis em até 90 dias da data original do título ou considerados de liquidez imediata ou conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um risco insignificante de mudança de valor, os quais são registrados pelos valores de custo, acrescidos dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços, que não excedem o seu valor de mercado ou de realização.

4.3 Imobilizado

Reconhecimento e mensuração

O ativo imobilizado é mensurado ao custo de aquisição e/ou construção, deduzido as despesas das depreciações acumuladas e perdas de redução ao valor recuperável, este último quando aplicável.

Os custos dos ativos imobilizados são compostos pelos gastos diretamente atribuíveis à aquisição e/ou construção, incluindo outros custos para colocar o ativo no local e em condições necessárias para que esses possam operar. Além disso, para os ativos qualificáveis, os custos de empréstimos são capitalizados.

Depreciação

As depreciações são calculadas pelo método linear, de acordo com a vida útil estimada dos bens demonstrada na nota explicativa nº 9, limitadas, quando aplicável, ao prazo de concessão.

4.4 Ativo intangível

Ativo intangível oriundo do contrato de concessão

A Sociedade reconheceu ativo intangível vinculado ao direito de cobrar pelo uso da infraestrutura da concessão, mensurado pelo valor justo no reconhecimento inicial. Após o reconhecimento inicial, o ativo intangível é mensurado pelo custo, que inclui os custos de empréstimos capitalizados deduzidos da amortização acumulada e das perdas por redução ao valor recuperável.

A amortização dos ativos intangíveis é reconhecida no resultado linearmente, com base no prazo remanescente da concessão ou pela vida útil (dos dois o menor), a partir da data em que esses ativos estão disponíveis para uso, já que este método é o que reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo.

Notas Explicativas

Litoral Sul S.A.

Os ágios que tenham sido alocados aos direitos de concessão, assim como aqueles que não tenham sido alocados diretamente à concessão, ou outros ativos e passivos que tenham o benefício econômico limitado no tempo (prazo definido), em razão de direito de concessão com vida útil definida, compõem o saldo do ativo intangível nas demonstrações financeiras e são amortizados pelos mesmos critérios descritos no parágrafo anterior.

4.5 Redução ao valor recuperável de ativos tangíveis e intangíveis com vida útil definida

No fim de cada exercício, a Sociedade revisa o valor contábil de seus ativos tangíveis e intangíveis, a fim de determinar se há indicação de que tais ativos sofreram alguma perda por redução ao valor recuperável. Se houver tal indicação, o montante recuperável do ativo é estimado com a finalidade de mensurar essa perda. Por tratar-se basicamente de concessão, a Sociedade não estima o montante recuperável de um ativo individualmente, mas o montante recuperável de seus ativos como um todo com base em seu valor em uso.

Na avaliação do valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados a valor presente por uma taxa que reflita, antes dos impostos, a avaliação atual de mercado do valor da moeda no tempo e os riscos específicos do ativo para o qual a estimativa de fluxos de caixa futuros não foi ajustada.

Se o montante recuperável de um ativo (ou unidade geradora de caixa) calculado for menor que seu valor contábil, ele é reduzido ao seu valor recuperável. A perda por redução ao valor recuperável é reconhecida imediatamente no resultado.

4.6 Custo de empréstimos

Os custos de empréstimos atribuídos diretamente à aquisição, construção ou produção de ativos qualificados, os quais levam, necessariamente, um período de tempo substancial para ficarem prontos para uso, são incluídos no custo de tais ativos até a data em que estejam prontos para o uso pretendido.

Os ganhos decorrentes da aplicação temporária dos recursos obtidos com empréstimos específicos e ainda não gastos com o ativo qualificável são deduzidos dos custos com empréstimos qualificados para capitalização.

Todos os outros custos com empréstimos são reconhecidos em uma conta redutora e amortizadas pelo tempo dos contratos.

4.7 Imposto de renda e contribuição social - correntes e diferidos

O imposto de renda e a contribuição social são apurados dentro dos critérios estabelecidos pela legislação fiscal vigente.

Impostos correntes

A provisão para imposto de renda e contribuição social é calculada sobre a base tributável do exercício. A base tributável difere do lucro apresentado na demonstração do resultado, porque exclui receitas ou despesas tributáveis ou dedutíveis em outros exercícios, além de excluir itens não tributáveis ou não dedutíveis de forma permanente. A provisão para imposto de renda e contribuição social é calculada com base nas alíquotas vigentes no fim do exercício.

Impostos diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos ativos são registrados com base em saldos de prejuízos fiscais, bases de cálculo negativa da contribuição social e diferenças

Notas Explicativas

temporárias entre os livros fiscais e os contábeis, quando aplicável, considerando as alíquotas de 25% para o imposto de renda e 9% para a contribuição social, e partindo da estimativa da Sociedade de lucros tributáveis futuros.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos passivos são registrados com base nos ajustes a valor presente decorrentes do direito de concessão, e dos ajustes referentes a eventuais mudanças de práticas contábeis, conforme a nota explicativa nº 7.

4.8 Provisões

Provisões são reconhecidas quando a Sociedade tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) em consequência de um evento passado, e que é provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser feita.

A despesa relativa a qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado, líquida de qualquer reembolso.

Se o efeito do valor temporal do dinheiro for significativo, as provisões são descontadas utilizando uma taxa corrente antes dos impostos que reflete, quando adequado, os riscos específicos ao passivo. Quando for adotado o desconto, o aumento na provisão devido à passagem do tempo é reconhecido como custo de financiamento.

Provisão para investimentos

Provisão para investimentos: decorrente dos gastos estimados para cumprir com as obrigações contratuais da concessão cujos benefícios econômicos já estão sendo auferidos e, portanto, reconhecidos como contrapartida do ativo intangível da concessão. A mensuração dos respectivos valores presentes foi calculada pelo método do fluxo de caixa descontado, considerando as datas em que se estima a saída de recursos para fazer frente às respectivas obrigações (estimados para todo o período de concessão), e descontada por meio da aplicação da taxa de 7,30% ao ano em 31 de dezembro de 2018 (6,40% ao ano em 31 de dezembro de 2017). A Administração revisa a taxa de desconto periodicamente. A determinação da taxa de desconto utilizada pela Administração tem como base a taxa de juros real livre de risco, uma vez que as projeções de fluxos das obrigações foram preparadas por seus valores reais em 31 de dezembro de 2018 e 2017 e não consideram riscos adicionais de fluxo de caixa.

Provisão para manutenção

Provisão para manutenção: decorrente dos gastos estimados para cumprir com as obrigações contratuais da concessão relacionadas à utilização e manutenção das rodovias em níveis preestabelecidos de utilização. A mensuração dos respectivos valores presentes foi calculada pelo método do fluxo de caixa descontado, considerando as datas em que se estimam a saída de recursos para fazer frente às respectivas obrigações. A taxa de desconto utilizada é de 7,30% ao ano em 31 de dezembro de 2018 (6,40% ao ano em 31 de dezembro de 2017). A determinação da taxa de desconto utilizada pela Administração está baseada na taxa de juros real livre de risco.

Provisão para riscos cíveis, trabalhistas e regulatórios

A Sociedade é parte de processos judiciais e administrativos. Provisões são constituídas para todos os riscos referentes a processos cíveis, trabalhistas e regulatórios para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais

Notas Explicativas

Litoral Sul S.A.

ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões dos tribunais.

4.9 Ajuste a valor presente de ativos e passivos

Os ativos e passivos monetários de longo prazo são atualizados e, portanto, estão ajustados pelo seu valor presente. O ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários de curto prazo é calculado, e somente registrado, se considerado relevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Para fins de registro e determinação da relevância, o ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos.

4.10 Reconhecimento de receita

Contratos de construção qualificados e classificados como serviços de construção

A receita relacionada aos serviços de construção ou melhoria estabelecidos no contrato de concessão é reconhecida de acordo com o estágio de conclusão das obras realizadas. A receita de operação ou serviço é reconhecida no período em que os serviços são prestados.

Receitas oriundas das cobranças de pedágios ou tarifas decorrentes dos direitos de concessão

Essas receitas são mensuradas pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber, deduzida de quaisquer estimativas de deduções. A receita é reconhecida no período de competência, ou seja, quando da utilização pelos usuários dos bens públicos objeto da concessão.

4.11 Receitas e despesas financeiras

Substancialmente representadas por juros e variações monetárias decorrentes de aplicações financeiras, depósitos judiciais, empréstimos e financiamentos, debêntures e passivo com credores pela concessão e efeitos dos ajustes a valor presente.

4.12 Dividendos

A proposta de distribuição de dividendos efetuada pela Administração da Sociedade que estiver dentro da parcela equivalente ao dividendo mínimo obrigatório é registrada como passivo na rubrica "Dividendos propostos" por ser considerada como uma obrigação legal prevista no estatuto social da Sociedade, conforme divulgado na nota explicativa nº 17.

4.13 Demonstração do Valor Adicionado (DVA)

Essa demonstração tem por finalidade evidenciar a riqueza criada e distribuída pela Sociedade durante o exercício e é apresentada, conforme requerido pela legislação societária brasileira, como parte de suas demonstrações financeiras.

A DVA foi preparada a partir das informações contábeis que servem de base à preparação das demonstrações financeiras e seguindo as disposições contidas no pronunciamento técnico CPC 09 – Demonstração do Valor Adicionado. Em sua primeira parte apresenta a riqueza criada pela Sociedade, representada pelas receitas (receita bruta das vendas, incluindo os tributos incidentes sobre esta, as outras receitas e efeitos da provisão para créditos de liquidação duvidosa), pelos insumos adquiridos de terceiros (custo das vendas e aquisições de materiais, energia e serviços de terceiros, incluindo os tributos incluídos no momento da aquisição, os efeitos das perdas e recuperação de valores ativos, e a depreciação e amortização) e pelo valor adicionado recebido de terceiros (resultado da

Notas Explicativas

equivalência patrimonial, receitas financeiras e outras receitas). A segunda parte da DVA apresenta a distribuição dessa riqueza entre pessoal, impostos, taxas e contribuições, remuneração de capitais de terceiros e remuneração de capitais próprios.

4.14 Normas e interpretações novas e revisadas e emitidas

IFRSs novas e revisadas já emitidas, adotadas

4.14.1 IFRS 15 - Receitas de contratos com clientes

A partir de 1º de janeiro de 2018 entrou em vigor a norma IFRS 15/CPC 47 que substituiu todos os requisitos de reconhecimento de receita de acordo com as normas IFRS/CPC's. Essa nova norma estabeleceu um modelo de cinco etapas para contabilização das receitas decorrentes de contratos com clientes. De acordo com a IFRS 15/CPC 47 a receita deve ser reconhecida por um valor que reflete a contrapartida a que uma Sociedade espera ter direito em troca de transferência de bens ou serviços para um cliente. Uma entidade reconhece receitas de acordo com esse princípio básico por meio da cumulativa observância aos seguintes passos:

Passo 1: Identificar o(s) contrato(s) com um cliente – um contrato é um acordo entre duas ou mais partes que cria direitos e obrigações exequíveis. Os requisitos da IFRS 15 se aplicam a todo contrato que tenha sido celebrado com um cliente e que atenda critérios específicos.

Passo 2: Identificar as obrigações de desempenho no contrato – um contrato inclui promessas de transferência de produtos ou serviços a um cliente. Se esses produtos ou serviços forem distintos, as promessas constituem obrigações de desempenho e são contabilizadas separadamente.

Passo 3: Determinar o preço da transação – o preço da transação é o valor da contraprestação em um contrato ao qual uma entidade espera ter direito em troca de transferir produtos ou serviços prometidos a um cliente.

Passo 4: Alocar o preço de transação às obrigações de desempenho no contrato – uma entidade normalmente aloca o preço da transação a cada obrigação de desempenho com base nos preços de venda individuais relativos de cada bem ou serviço distinto prometido no contrato.

Passo 5: Reconhecer a receita quando (ou à medida que) a entidade satisfizer uma obrigação de desempenho – uma entidade reconhece receitas quando (ou à medida que) satisfaz uma obrigação de desempenho ao transferir um bem ou serviço prometido a um cliente (o que ocorre quando o cliente obtém o controle desse bem ou serviço). O valor da receita reconhecida é o valor alocado à obrigação de desempenho satisfeita.

As controladas da Sociedade têm como principais transações a receita de pedágio e a receita de construção. A Sociedade realizou uma avaliação nas cinco etapas do novo modelo de reconhecimento da receita, e não identificou alterações ou impactos significativos em relação ao reconhecimento anterior dessas receitas, dado que são reconhecidas mediante a prestação do serviço ao usuário, no caso da receita de pedágio, e conforme incorridas na construção dos ativos intangíveis como cumprimento do contrato de concessão, no caso das receitas de construção. As demais receitas foram compreendidas nesta análise e estão substancialmente de acordo com a norma IFRS 15/CPC 47.

4.14.2 IFRS 9 - Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração - Metodologia de estimativa de redução ao valor recuperável (*impairment*)

O IFRS 9 introduziu o conceito de Perdas de Crédito Esperadas em oposição às perdas de créditos incorridas na norma anterior (IAS 39). Os ativos financeiros sujeitos aos requisitos

Notas Explicativas

Litoral Sul S.A.

de redução ao valor recuperável (*impairment*) são aqueles mensurados ao custo amortizado ou ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes. O objetivo dos requisitos de *impairment* é reconhecer as perdas de créditos esperadas ao longo da vida para todos os instrumentos financeiros para os quais houve aumento significativo de risco de crédito desde o reconhecimento inicial – seja avaliado individualmente ou coletivamente – considerando todas as informações razoáveis e sustentáveis, incluindo informações prospectivas.

As controladas da Sociedade possuem concentração em sua carteira de clientes e não possuem histórico de perdas em seus instrumentos financeiros. A Administração efetuou uma análise de risco de crédito da carteira e concluiu que não existem perdas a serem reconhecidas em seus recebíveis e nem em relação aos demais instrumentos financeiros.

IFRSs novas e revisadas já emitidas, porém ainda não adotadas

Como parte do compromisso do CPC em adotar no Brasil todas as alterações introduzidas pelo "*International Accounting Standards Board – IASB*" nas IFRSs, alterações em determinados pronunciamentos contábeis já foram divulgadas pelo IASB, as quais ainda não estão vigentes e a Sociedade não adotou de forma antecipada para a preparação dessas demonstrações financeiras

Notas Explicativas

Pronunciamento ou interpretação	Descrição
<p>IFRS 16 – Arrendamentos (em vigor para exercícios iniciados a partir de 1º de janeiro de 2019)</p>	<p>A IFRS 16 fornece um modelo abrangente para a identificação de contratos de arrendamento e seu tratamento nas demonstrações financeiras de arrendatários e arrendadores. Ela substituirá as seguintes normas e Interpretações quando estiver em vigor:</p> <ul style="list-style-type: none"> - IAS 17 Arrendamentos; - IFRIC 4 Determinação se um Acordo contém Arrendamento; - SIC-15 Arrendamentos Operacionais – Incentivos; e - SIC-27 Avaliação da Essência das Transações Envolvendo a Forma Legal de Um Arrendamento.
<p>IFRIC 23 - Incerteza sobre o Tratamento do Imposto de Renda (em vigor para exercícios iniciados a partir de 1º de janeiro de 2019)</p>	<p>A IFRIC 23 descreve como determinar a posição fiscal e contábil quando houver incerteza sobre o tratamento do imposto de renda. A interpretação requer que a entidade:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Determine se posições fiscais incertas são avaliadas separadamente ou como um grupo; e - Avalie se é provável que a autoridade fiscal aceite a utilização de tratamento fiscal incerto, ou proposta de utilização, por uma entidade nas suas declarações de imposto de renda; - Em caso positivo, a entidade deve determinar sua posição fiscal e contábil em linha com o tratamento fiscal utilizado ou a ser utilizado nas suas declarações de imposto de renda. - Em caso negativo, a entidade deve refletir o efeito da incerteza na determinação da sua posição fiscal e contábil.
<p>Alterações à IFRS 9 - Características de Pagamento Antecipado com Compensação Negativa. (em vigor para exercícios iniciados a partir de 1º de janeiro de 2019)</p>	<p>As alterações à IFRS 9 esclarecem que, para determinar se uma característica de pagamento antecipado satisfaz a condição de “apenas pagamentos de principal e juros”, a parte que exerce a opção pode pagar ou receber compensação razoável pelo pagamento antecipado independentemente do motivo para o pagamento antecipado. Em outras palavras, as características de pagamento antecipado com compensação negativa não descumprem automaticamente condição de “apenas pagamentos de principal e juros”.</p>
<p>Alterações à IAS 28 (CPC 18 (R2)) - Investimentos de Longo Prazo em Coligadas e Joint Ventures (em vigor para exercícios iniciados a partir de 1º de janeiro de 2019)</p>	<p>A alteração esclarece que a IFRS 9, inclusive as exigências de redução ao valor recuperável, é aplicável a investimentos de longo prazo. Adicionalmente, ao aplicar a IFRS 9 a investimentos de longo prazo, a entidade não leva em conta os ajustes ao seu valor contábil necessários de acordo com a IAS 28 (isto é, ajustes ao valor contábil dos investimentos de longo prazo resultantes da alocação das perdas da investida ou da avaliação da redução ao valor recuperável de acordo com a IAS 28).</p>

Notas Explicativas

Litoral Sul S.A.

<p>Melhorias Anuais ao Ciclo de IFRSs 2015-2017 - Alterações à IFRS 3 (CPC 15 (R1)) - Combinações de Negócios, IFRS 11 (CPC 19 (R2)) - Negócios em Conjunto, IAS 12 (CPC 32) - Impostos sobre a Renda e IAS 23 (CPC 20 (R1)) - Custos de Empréstimos (em vigor para exercícios iniciados a partir de 1º de janeiro de 2019)</p>	<p>As Melhorias Anuais incluem alterações a quatro normas.</p> <ul style="list-style-type: none"> - IAS 12 – Impostos sobre a Renda: As alterações esclarecem que a entidade deve reconhecer as consequências do imposto de renda incidente sobre dividendos no resultado, em outros resultados abrangentes ou no patrimônio dependendo de onde a entidade reconheceu originalmente as transações que geraram o lucro a distribuir. Este é o caso independentemente da aplicação de alíquotas fiscais diferentes para o lucro distribuído e a distribuir. - IAS 23 - Custos de Empréstimos: As alterações esclarecem que se houver algum empréstimo específico em aberto após o correspondente ativo estar pronto para seu uso ou venda pretendida, esse empréstimo se torna parte dos recursos que a entidade toma emprestado geralmente ao calcular a taxa de capitalização sobre empréstimos em geral. - IFRS 3 - Combinações de Negócios: As alterações à IFRS 3 esclarecem que quando a entidade obtém o controle de um negócio que é uma operação conjunta, a entidade aplica as exigências de combinação de negócios em estágios, inclusive a remensuração da participação anteriormente detida na operação conjunta ao valor justo. A participação anteriormente detida a ser remensurada inclui qualquer ativo, passivo e ágio não reconhecido relacionado à operação conjunta. - IFRS 11 – Negócios em Conjuntos: As alterações à IFRS 11 esclarecem que quando uma parte que participa em uma operação conjunta que corresponde a um negócio, mas não detém o controle conjunto dessa operação, obtém o controle conjunto dessa operação conjunta, a entidade não remensura a sua participação anteriormente detida na operação conjunta.
<p>Alterações à IAS 19 (CPC 33 (R2)) - Alteração, Redução ou Liquidação de Plano de Benefícios aos Empregados (em vigor para exercícios iniciados a partir de 1º de janeiro de 2019)</p>	<p>As alterações esclarecem que o custo de serviços passados (ou do ganho ou da perda de liquidação) é calculado mensurando o passivo (ativo) de benefícios definidos com base em premissas atualizadas e comparando os benefícios oferecidos e os ativos do plano antes e após a alteração do plano (ou sua redução ou liquidação) mas ignorando o efeito do teto de ativos (que pode surgir quando o plano de benefícios definidos está em posição de superávit).</p> <p>A IAS 19 esclarece que a alteração no efeito do teto de ativos resultante da alteração do plano (ou sua redução ou liquidação) é determinada em uma segunda etapa e reconhecida normalmente em outros resultados abrangentes.</p> <p>Os parágrafos relacionados à mensuração do custo de serviços correntes e dos juros líquidos sobre o passivo (ativo) de benefícios definidos líquidos também foram alterados. A entidade deverá usar as premissas atualizadas dessa remensuração para determinar o custo de serviços correntes e os juros líquidos para o restante do período de relatório após a alteração do plano. No caso dos juros líquidos, as alterações esclarecem que para a alteração do plano após o período, os juros líquidos são calculados multiplicando-se o passivo (ativo) de benefícios definidos conforme remensurado de acordo com a IAS 19 e a taxa de desconto usada na remensuração (também levando em consideração o efeito das contribuições e os pagamentos de benefícios sobre o passivo (ativo) de benefícios definidos líquidos).</p>

Notas Explicativas

<p>Alterações à IFRS 10 e IAS 28 Venda ou Contribuição de Ativos entre um Investidor e sua Coligada ou Controlada em Conjunto (em vigor para exercícios iniciados a partir de uma data a ser determinada)</p>	<p>As alterações tratam de situações em que há uma venda ou contribuição de ativos entre um investidor e sua coligada ou controlada em conjunto.</p>
---	--

A Administração da Sociedade avaliou ou está em processo de avaliação e mensuração dos impactos na adoção dessas normas. Com base em avaliações preliminares a Sociedade não espera que essas alterações tenham efeito significativo sobre as demonstrações financeiras, exceto pelo IFRS 16, em que a Sociedade entende que o maior impacto produzido por essa norma está no reconhecimento no balanço de contratos de prestação de serviços relacionados a rodovias e a alugueis de edifícios e equipamentos, porém até o fechamento destas demonstrações financeiras, a Sociedade está em processo de análise destes e dos demais contratos de arrendamento para eleger o critério de transição à nova Norma

Não há outras normas ou interpretações emitidas e ainda não adotadas que possam, na opinião da Administração, ter impacto significativo no resultado do exercício ou no patrimônio líquido divulgado pela Sociedade.

5. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Estão representados por:

	<u>31.12.2018</u>	<u>31.12.2017</u>
Caixa e contas bancárias	4.028	4.876
Aplicações financeiras (*)	<u>14.956</u>	<u>11.497</u>
Total	<u>18.984</u>	<u>16.373</u>

(*) As aplicações financeiras representam valores aplicados em fundos de investimento, destinados a receber aplicações de investidores restritos, com liquidez diária, estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor e remuneração equivalente, na média, a 98,47% do Certificado de Depósito Interbancário - CDI, tendo como características aplicações pós-fixadas em títulos públicos federais, Certificado de Depósito Bancário - CDB, letras financeiras e operações compromissadas lastreadas em debêntures de instituições financeiras de grande porte com baixo risco de crédito. Todos os ativos que compõe os fundos de investimento, inclusive as LFT's, são mantidos com a finalidade de atender compromissos de curto prazo da Sociedade.

Notas Explicativas

Litoral Sul S.A.

6. CONTAS A RECEBER

Estão representadas por:

	31.12.2018		31.12.2017	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Pedágio eletrônico a receber (*)	13.177	-	13.500	-
Cupons de pedágio a receber	730	-	-	-
Cartões de pedágio a receber	117	-	1.320	-
Receitas acessórias a receber	136	-	59	-
Outras receitas a receber	72	225	38	221
Total	14.232	225	14.917	221

(*) Conforme nota explicativa nº 24 c.

A Administração da Sociedade não identificou a necessidade de reconhecimento de provisão para perdas com recebíveis em 31 de dezembro de 2018 e em 31 de dezembro de 2017. O prazo médio de vencimento é de 30 dias.

7. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL**a) Conciliação entre o imposto de renda e a contribuição social efetiva e nominal**

A reconciliação entre a taxa efetiva e a taxa real do imposto de renda e da contribuição social nas demonstrações do resultado referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e de 2017 é como segue:

	31.12.2018	31.12.2017
Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social	(47.317)	(39.731)
Alíquota vigente	34%	34%
Expectativa de imposto de renda e contribuição social, de acordo com a alíquota vigente	16.088	13.509
Ajustes para a alíquota efetiva:		
Outras diferenças permanentes	561	(24)
Total	16.649	13.485
 Imposto Contabilizado	 16.649	 13.485
 Imposto de renda e contribuição social:		
Correntes	629	-
Diferido	16.020	13.485
	16.649	13.485

b) Imposto de renda e contribuição social diferidos

Estão representados por:

Notas Explicativas

	Imposto de renda e contribuição social diferido ativo	
	31.12.2018	31.12.2017
<u>Não circulante</u>		
<u>Diferenças temporárias ativas</u>		
Prejuízo fiscal (a)	199.292	153.303
Provisão de participação nos lucros	2.919	3.012
Riscos cíveis, trabalhistas, fiscais e regulatórios (b)	11.767	10.006
Outras provisões	1.370	2.887
Provisão para manutenção de rodovias	65.269	72.021
Amortização acumulada de obras futuras	(4.088)	(5.454)
Ajuste dos encargos financeiros obras futuras	(702)	(829)
Ajuste dos encargos financeiros (confirming)	(96)	(46)
Base de cálculo diferenças temporárias ativas	<u>275.731</u>	<u>234.900</u>
Alíquota nominal	34%	34%
Total	<u>93.749</u>	<u>79.866</u>
<u>Diferenças temporárias passivas:</u>		
Ajustes referentes a mudanças de práticas contábeis - adoção Lei 12.973/14 (c)		
Diferenças de intangível e imobilizado líquidas	(114.281)	(114.281)
Amortização dos ajustes - mudança de práticas contábeis	24.990	18.703
Estorno de capitalização de juros	108	108
Amortização estorno de capitalização de juros	(18)	(14)
Base de cálculo diferenças temporárias ativas	<u>(89.201)</u>	<u>(95.484)</u>
Alíquota nominal	34%	34%
Total	<u>(30.328)</u>	<u>(32.465)</u>
Total do imposto de renda e contribuição social	<u>63.421</u>	<u>47.401</u>

- (a) Refere-se ao prejuízo fiscal e à base negativa de contribuição social, suportados por projeções de resultados tributáveis futuros.
- (b) Refere-se a provisões para riscos cíveis, trabalhistas e regulatórios de reclamações pendentes de resoluções.
- (c) A partir de 1º de janeiro de 2015 a Sociedade congelou os saldos referentes às mudanças de práticas contábeis, adotando a Lei nº 12.973/14. Desta forma, passou a amortizar linearmente o saldo residual dos ajustes referentes a mudanças de práticas contábeis até o final do período da concessão.

As perspectivas futuras dos negócios da Sociedade traduzidas em suas projeções de resultados constituem-se em previsões de sua Administração; portanto, são dependentes de variáveis de mercado e estão sujeitas a mudanças.

A expectativa de recuperação da totalidade dos créditos tributários diferidos, indicados pelas projeções de resultado tributável, é como segue:

Exercício a findar-se em:

<u>Impostos diferidos</u>	<u>Ativo não circulante</u>
2019	5.628
2020	5.855
2021	6.087
2022	6.326
2023	6.326
Após 2023	<u>63.527</u>
	<u>93.749</u>

Notas Explicativas

Litoral Sul S.A.

8. APLICAÇÕES FINANCEIRAS VINCULADAS

A Sociedade mantém aplicações financeiras vinculadas no ativo não circulante para cumprir obrigações contratuais referentes a empréstimos e financiamentos. A seguir breve descrição dessas obrigações:

BNDES

A Sociedade deve depositar em conta de pagamento de instituição financeira 53% da arrecadação das praças de pedágio. Esses recursos são utilizados para pagamento do serviço da dívida e manutenção do mínimo obrigatório da conta de reserva. Após o cumprimento legal das obrigações contratuais os recursos excedentes são transferidos para conta-corrente livre.

A Sociedade deve manter depositada em conta de reserva de instituição financeira, até a liquidação de todas as obrigações assumidas no contrato de financiamento com o BNDES, o valor mínimo equivalente a três vezes o valor da última prestação vencida do serviço da dívida, incluindo pagamentos de principal, juros e demais acessórios da dívida decorrente do contrato de financiamento. Esse valor será sempre recalculado no dia posterior ao de cada pagamento das prestações mensais.

Em 31 de dezembro de 2018 o saldo é de R\$28.822 (R\$24.643 em 31 de dezembro de 2017), aplicados em títulos públicos federais e títulos privados de emissão da instituição financeira, e essas aplicações foram remuneradas em média a 97,57% da variação do CDI.

Notas Explicativas

Autopista Litoral Sul S.A.

14

9. IMOBILIZADO

A movimentação é como segue:

	Móveis e utensílios	Computadores e periféricos	Veículos	Instalações, edifícios e dependências	Máquinas e equipamentos	Outras imobilizações	Imobilizado em andamento	Total
<u>Custo do imobilizado</u>								
Saldo em 31.12.2017	1.082	897	798	308	1.417	329	-	4.831
Adições	15	427	-	-	55	-	-	497
Saldo em 31.12.2018	1.097	1.324	798	308	1.472	329	-	5.328
<u>Depreciação acumulada</u>								
Saldo em 31.12.2017	(664)	(587)	(289)	(184)	(815)	(130)	-	(2.669)
Depreciações	(91)	(157)	(143)	(52)	(124)	(32)	-	(599)
Saldo em 31.12.2018	(755)	(744)	(432)	(236)	(939)	(162)	-	(3.268)
<u>Imobilizado líquido</u>								
Saldo em 31.12.2017	418	310	509	124	602	199	-	2.162
Saldo em 31.12.2018	342	580	366	72	533	167	-	2.060
Taxas de depreciação - a.a.	10%	20%	20%	10%	10%	20%	-	
<u>Custo do imobilizado</u>								
Saldo em 31.12.2016	994	712	601	302	1.342	329	-	4.280
Adições	78	185	99	6	43	-	213	624
Transferências/reclassificações	10	-	98	-	32	-	(213)	(73)
Saldo em 31.12.2017	1.082	897	798	308	1.417	329	-	4.831
<u>Depreciação acumulada</u>								
Saldo em 31.12.2016	(575)	(462)	(168)	(136)	(695)	(96)	-	(2.132)
Depreciações	(89)	(125)	(121)	(48)	(120)	(34)	-	(537)
Saldo em 31.12.2017	(664)	(587)	(289)	(184)	(815)	(130)	-	(2.669)
<u>Imobilizado líquido</u>								
Saldo em 31.12.2016	419	250	433	166	647	233	-	2.148
Saldo em 31.12.2017	418	310	509	124	602	199	-	2.162
Taxas de depreciação - a.a.	10%	20%	20%	10%	10%	20%	-	

Notas Explicativas

Litoral Sul S.A.

10. INTANGÍVEL

A movimentação é como segue:

	Intangível em rodovias – obras e serviços (a)	Software	Intangível em andamento (b)	Adiantamento fornecedores	Total
<u>Custo do intangível</u>					
Saldo em 31.12.2017	1.760.491	6.681	1.013.332	11.965	2.792.469
Adições	55.295	304	206.411	13.885	275.895
Transferências/reclassificações	32.440	-	(27.745)	(4.695)	-
Alienações/baixas	(592)	-	(316)	(15)	(923)
Saldo em 31.12.2018	<u>1.847.634</u>	<u>6.985</u>	<u>1.191.682</u>	<u>21.140</u>	<u>3.067.441</u>
<u>Amortização acumulada</u>					
Saldo em 31.12.2017	(287.631)	(4.823)	-	-	(292.454)
Amortizações	(100.022)	(571)	-	-	(100.593)
Alienações/baixas	7	-	-	-	7
Saldo em 31.12.2018	<u>(387.646)</u>	<u>(5.394)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(393.040)</u>
<u>Intangível líquido</u>					
Saldo em 31.12.2017	1.472.860	1.858	1.013.332	11.965	2.500.015
Saldo em 31.12.2018	1.459.988	1.591	1.191.682	21.140	2.674.401
Taxas de amortização - a.a.	6%	20%			

Notas Explicativas

Autopista Litoral Sul S.A.

	Intangível em rodovias – obras e serviços (a)	Software	Intangível em andamento (b)	Adiantamento fornecedores	Total
<u>Custo do intangível</u>					
Saldo em 31.12.2016	1.466.450	6.181	771.610	244	2.244.485
Adições	136.293	500	376.036	36.357	549.186
Transferências/reclassificações	158.202	-	(133.499)	(24.630)	73
Alienações/baixas	(454)	-	(815)	(6)	(1.275)
Saldo em 31.12.2017	1.760.491	6.681	1.013.332	11.965	2.792.469
<u>Amortização acumulada</u>					
Saldo em 31.12.2016	(198.790)	(4.068)	-	-	(202.858)
Amortizações	(88.841)	(755)	-	-	(89.596)
Saldo em 31.12.2017	(287.631)	(4.823)	-	-	(292.454)
<u>Intangível líquido</u>					
Saldo em 31.12.2016	1.267.660	2.113	771.610	244	2.041.627
Saldo em 31.12.2017	1.472.860	1.858	1.013.332	11.965	2.500.015
Taxas de amortização - a.a.	6%	20%			

(a) Refere-se a obras e serviços realizados nas rodovias, tais como pavimentação, duplicação, marginais, acostamentos, canteiros centrais, obras de arte especiais, terraplenagem, implantação de sistema de arrecadação e monitoramento de tráfego, sinalização e outros, sendo amortizados linearmente até o final do período da concessão.

(b) Refere-se a obras em andamento tendo como principal construção a do Contorno de Florianópolis.

A Administração preparou a projeção de fluxo de caixa descontado da Sociedade e concluiu que não há necessidade de provisão para impairment dos ativos intangíveis em 31 de dezembro de 2018 e de 2017.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2018, a Sociedade capitalizou o montante de R\$50.769 (R\$52.763 em 31 de dezembro de 2017) referente aos custos de empréstimos atribuíveis diretamente à aquisição, construção ou produção de ativos qualificáveis como parte do custo do ativo. A taxa média de capitalização em relação aos valores principais de dívidas em 2018 foi de 9,50% ao ano (9,02% ao ano em 2017).

Notas Explicativas

Autopista Litoral Sul S.A.

11. DIFERIDO

É representado por:

	<u>31.12.2018</u>	<u>31.12.2017</u>
Gastos pré-operacionais:		
Pessoal/administradores	4.343	4.343
Consumo	3.598	3.598
Custos contratuais da concessão	7.306	7.306
Depreciações e amortizações	16	16
Conservação da rodovia	10.169	10.169
Serviços de terceiros	1.182	1.182
Tributários	1.418	1.418
Resultados financeiros	(1.327)	(1.327)
Outros gastos	746	746
	<u>27.451</u>	<u>27.451</u>
Amortização acumulada	<u>(26.809)</u>	<u>(24.039)</u>
	<u>642</u>	<u>3.412</u>

Refere-se a gastos pré-operacionais representados por estudos de viabilidade, reformas e obras nas faixas de domínio necessárias para equalização de necessidade de reparos emergenciais nas rodovias e serviços prestados de acordo com o estabelecido no contrato de concessão, incorridos até 31 de dezembro de 2008. Os gastos pré-operacionais são amortizados em dez anos, conforme a expectativa de retorno desses gastos pela Administração da Sociedade, de acordo com a Lei nº 11.941/09.

12. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

Estão representados por:

Moeda local	31.12.2018			31.12.2017		
	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total
Saldo inicial	61.429	508.549	569.978	55.970	557.814	613.784
Captações/Renovações	31.417	-	31.417	16.064	-	16.064
Juros provisionados	43.098	3.701	46.799	47.035	6.317	53.352
Amortização de principal	(84.668)	-	(84.668)	(66.092)	-	(66.092)
Pagamento de juros	(43.271)	-	(43.271)	(47.144)	-	(47.144)
Transferência	60.474	(60.474)	-	55.582	(55.582)	-
AVP/Risco sacado	(50)	-	(50)	14	-	14
	<u>68.429</u>	<u>451.776</u>	<u>520.205</u>	<u>61.429</u>	<u>508.549</u>	<u>569.978</u>
Custo de transação	(776)	(5.542)	(6.318)	(807)	(6.318)	(7.125)
Saldo final	<u>67.653</u>	<u>446.234</u>	<u>513.887</u>	<u>60.622</u>	<u>502.231</u>	<u>562.853</u>

A composição dos empréstimos é como segue:

Modalidade	Taxa de juros efetiva	Vencimento	Garantia	31.12.2018	31.12.2017
BNDES	TJLP+2,32%a.a.	jun/26	Cessão direitos creditórios, penhor 100% das ações e cessão dos direitos emergentes	510.400	562.016
BNDES	TJLP	jun/26	Cessão direitos creditórios, penhor 100% das ações e cessão dos direitos emergentes	3.373	3.696
Risco sacado	1,33% a.m.	Até 60 dias	Aval acionistas	6.432	4.266
				<u>520.205</u>	<u>569.978</u>

Notas Explicativas

Em 31 de dezembro de 2018 o saldo de R\$6.432 (R\$4.266 em 31 de dezembro de 2017) refere-se ao contrato firmado com o Banco Santander S.A. para estruturar, com seus principais fornecedores, a operação denominada "risco sacado". Nessa operação, os fornecedores transferem o direito de recebimento dos títulos emitidos contra a Sociedade para a instituição financeira que, por sua vez, passará a ser credora da operação. Esse contrato possui limite de R\$20.000 e taxa média de 1,33% ao mês.

Em 31 de dezembro de 2018, as parcelas de longo prazo relativas aos empréstimos e financiamentos apresentam os seguintes vencimentos:

<u>Ano de vencimento</u>	
2020	65.300
2021	70.724
2022	76.598
2023	82.961
Após 2023	<u>156.193</u>
	<u><u>451.776</u></u>

A Sociedade está cumprindo todas as cláusulas restritivas na data das informações financeiras trimestrais. O valor justo dos empréstimos registrados no passivo circulante e não circulante é próximo de seu valor contábil, uma vez que o impacto do desconto não é significativo, tendo em vista que as taxas de descontos são substancialmente semelhantes às contratadas.

13. FORNECEDORES E CAUÇÕES CONTRATUAIS

Em 31 de dezembro de 2018 o saldo de R\$24.904 (R\$21.842 em 31 de dezembro de 2017) refere-se a fornecedores e prestadores de serviços. O saldo de R\$13.914 (R\$19.380 em 31 de dezembro de 2017) refere-se a cauções contratuais de fornecedores e prestadores de serviços registrados de acordo com as condições estabelecidas em contrato prevendo retenção de 5% do valor dos serviços. Esses saldos estão relacionados predominantemente à concessão e incluem gastos com itens do imobilizado e execução de obras na rodovia.

14. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

As transações efetuadas com a controladora e partes relacionadas são relativas a contratos de serviços de construção, execução de obras, despesas administrativas e mútuos para capital de giro.

Os saldos e as transações realizadas em 31 de dezembro de 2018 e de 2017, com a controladora e partes relacionadas, com as quais ocorreram operações, estão demonstrados a seguir:

Notas Explicativas

Autopista Litoral Sul S.A.

<u>Ativo circulante</u>	<u>31.12.2018</u>	<u>31.12.2017</u>
<u>Controladora</u>		
Contas a receber:		
Arteris S.A (a)	-	36
<u>Outras partes relacionadas</u>		
Contas a receber:		
Planalto Sul S.A.	-	1
Total	-	37
<u>Passivo circulante</u>	<u>31.12.2018</u>	<u>31.12.2017</u>
<u>Controladora</u>		
Empréstimo:		
Mútuos - Arteris S.A. (d)	585.246	-
Debêntures:		
Debentures - Arteris S.A. (c)	292.249	41.049
<u>Controladora</u>		
Contas a pagar:		
Arteris S.A (a)	1.282	938
<u>Outras partes relacionadas</u>		
Contas a pagar:		
Latina Manutenção de Rodovias Ltda. (b)	156	1.296
Total	878.933	43.283
<u>Passivo não circulante</u>		
<u>Controladora</u>		
Empréstimo:		
Mútuos - Arteris S.A. (d)	-	548.608
<u>Controladora</u>		
Debêntures:		
Debentures - Arteris S.A. (c)	131.491	231.822
Total	131.491	780.430

	PERÍODO			
	31.12.2018		31.12.2017	
<u>Contas de Resultado:</u>	<u>Despesas financeiras (c)/(d)</u>	<u>Despesas gerais (a)</u>	<u>Despesas financeiras (c)/(d)</u>	<u>Despesas gerais (a)</u>
<u>Controladora</u>				
Arteris S.A.	(69.185)	(12.238)	(86.430)	(8.889)
Juros Capitalizados (*)	29.330	-	33.851	-
<u>Outras partes relacionadas</u>				
Planalto Sul S.A.	-	-	-	(1)
Fluminense S.A.	-	-	-	(1)
Latina Manutenção de Rodovias Ltda.	-	-	-	(246)
Autovias S.A.	-	-	-	(1)
Total	(39.855)	(12.238)	(52.579)	(9.138)

(*) Referem-se a juros de dívidas com partes relacionadas que foram capitalizados.

- (a) Refere-se a rateios de custos e despesas administrativas entre empresas do Grupo Arteris. A Arteris, controladora da Sociedade, adota um critério de rateio de custos da "Holding", baseando-se na receita das empresas do Grupo Arteris, a fim de garantir

Notas Explicativas

que todas as partes beneficiadas arquem com os gastos referentes às áreas administrativas e de suporte do Grupo Arteris, que serão reembolsados com vencimento médio de 45 dias.

- (b) Refere-se a prestação de serviços direcionados à manutenção e conservação da malha rodoviária concedida para a Sociedade, definidos em condições específicas entre as partes e com vencimento médio de 30 dias.
- (c) Decorrentes da 2ª, 3ª, 4ª, 5ª e 6ª emissões de debêntures série única não conversíveis em ações celebradas com a Arteris S.A. para execução do plano de investimentos da Sociedade. Os referidos títulos serão remunerados a uma taxa de juros equivalente a 100% da variação do CDI acrescentado do "spread" de 1,4% ao ano para a 2ª emissão, 1% para a 6ª emissão e de 1,5% ao ano para as demais, com vencimento do principal e dos juros, conforme tabela a seguir. Em 21 de maio de 2018, foi aprovado em Assembleia Geral Extraordinária a emissão de 28.000 debêntures nominativas e não conversíveis, da espécie subordinada, todas com valor nominal unitário R\$10.000 no valor total da emissão de R\$280.000, na data de emissão das debêntures, sendo que até o exercício findo em 31 de dezembro de 2018 do total de debêntures emitidas foram integralizadas o montante de R\$128.700. Os juros apresentados na demonstração do resultado estão líquidos dos juros capitalizados.

Data da Liberação	Vencimento	Encargos	31.12.2018		31.12.2017
			Valor do principal	Juros	Valor do principal
01.04.2015	31.03.2019	CDI + 1,40% a.a.	30.000	13.936	30.000
28.04.2015	28.04.2019	CDI + 1,50% a.a.	122.518	55.284	122.518
03.07.2015	03.07.2019	CDI + 1,50% a.a.	20.000	8.491	20.000
19.08.2015	19.08.2019	CDI + 1,50% a.a.	30.000	12.020	30.000
21.05.2018	21.05.2021	CDI + 1,00% a.a.	128.700	2.791	-
			<u>331.218</u>	<u>92.522</u>	<u>202.518</u>

- (d) Contratos de mútuo passivo obtidos para financiamento das operações da Sociedade, com taxa de juros equivalente a 100% da variação do CDI mais 1,037% a 1,70% ao ano com vencimentos de juros e principal em dezembro de 2019, conforme demonstrados a seguir. Os juros apresentados na demonstração do resultado estão líquidos dos juros capitalizados.

Data da Liberação	Vencimento	Encargos	31.12.2018		31.12.2017
			Valor do principal	Juros	Valor do principal
04.09.2008	01.12.2019	CDI + 1,037% a.a.	4.000	5.718	4.000
17.09.2008	01.12.2019	CDI + 1,037% a.a.	5.000	7.148	5.000
25.09.2008	01.12.2019	CDI + 1,037% a.a.	2.000	2.859	2.000
06.10.2008	01.12.2019	CDI + 1,037% a.a.	8.000	11.436	8.000
27.10.2008	01.12.2019	CDI + 1,037% a.a.	6.000	8.577	6.000
05.11.2008	01.12.2019	CDI + 1,037% a.a.	10.000	14.296	10.000
27.11.2008	01.12.2019	CDI + 1,037% a.a.	10.000	14.296	10.000
05.12.2008	01.12.2019	CDI + 1,037% a.a.	5.000	7.148	5.000
19.12.2008	01.12.2019	CDI + 1,04% a.a.	17.000	24.302	17.000
10.06.2013	01.12.2019	CDI + 1,70% a.a.	15.000	11.258	15.000
10.09.2013	01.12.2019	CDI + 1,70% a.a.	30.000	21.423	30.000
08.10.2013	01.12.2019	CDI + 1,70% a.a.	35.000	24.608	35.000
24.01.2014	01.12.2019	CDI + 1,40% a.a.	40.000	25.406	40.000
05.03.2014	01.12.2019	CDI + 1,40% a.a.	25.000	15.460	25.000
01.04.2014	01.12.2019	CDI + 1,40% a.a.	30.000	18.215	30.000
09.05.2014	01.12.2019	CDI + 1,40% a.a.	35.000	20.697	35.000
20.06.2014	01.12.2019	CDI + 1,40% a.a.	20.000	11.466	20.000
02.03.2015	01.12.2019	CDI + 1,40% a.a.	30.000	13.933	30.000
			<u>327.000</u>	<u>258.246</u>	<u>327.000</u>

Além das operações anteriormente mencionadas, a Latina Manutenção de Rodovias realizou obras nas rodovias, registradas no intangível da Sociedade no valor de R\$7.074 (R\$39.034 em 31 de dezembro de 2017), em condições específicas entre as partes e com vencimento médio de 30 dias.

Notas Explicativas

Autopista Litoral Sul S.A.

No decorrer do exercício findo em 31 de dezembro de 2018 a Sociedade reconheceu o montante de R\$1.570 a título de remuneração e encargos de seus administradores incluídos os encargos, adicionado de R\$1.077 relativo ao rateio da "Holding", que totaliza R\$2.647 (R\$1.284, R\$662 e R\$1.946, respectivamente, em 31 de dezembro de 2018), conforme proposta da Administração aprovada em ata de Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária, sendo a remuneração global anual sem encargos de até R\$1.700. Os administradores não obtiveram ou concederam empréstimos à Sociedade e a suas partes relacionadas, tampouco possuem benefícios indiretos.

As transações com partes relacionadas são submetidas ao Conselho de Administração para aprovação, nos termos do Estatuto Social. As operações e os negócios celebrados pela Sociedade com partes relacionadas estão sujeitos aos encargos financeiros descritos anteriormente, que são compatíveis com as taxas praticadas no país.

15. BENEFÍCIOS A EMPREGADOS

A Sociedade concede a seus empregados Programa de Participação nos Resultados - PPR anual. O cálculo desta participação baseia-se no alcance de metas empresariais e objetivos específicos, estabelecidos, aprovados e divulgados no início de cada exercício e seu pagamento é efetuado no exercício seguinte conforme mensuração do atingimento das metas e dos objetivos. Durante o exercício corrente as provisões contábeis são apuradas mensalmente em bases estimadas e apropriadas ao resultado, tendo como contrapartida as obrigações sociais. Os saldos de provisão para o PPR registrados em 31 de dezembro de 2018 e de 2017, respectivamente, na rubrica "Obrigações sociais" são de R\$2.919 e R\$3.012.

Participam do programa anual todos os empregados ativos e empregados desligados para o período que trabalharam durante o exercício social. No caso de empregados desligados participam aqueles com desligamento sem justa causa.

O cálculo da participação baseia-se em metas empresariais e objetivos específicos sobre os quais são atribuídos pesos conforme tabelas específicas. As metas, os objetivos e os pesos, resumem-se principalmente em cumprimento do orçamento de despesas e receitas, EBITDA consolidado e por empresa, além de avaliações individuais baseadas em competência técnica e comprometimento com a qualidade.

A Sociedade provê a seus empregados benefícios de assistência médica, reembolso odontológico e seguro de vida, enquanto permanecem com vínculo empregatício. Tais benefícios são parcialmente custeados pelos empregados de acordo com sua categoria profissional e utilização dos respectivos planos. Esses benefícios são registrados como custos ou despesas quando incorridos.

16. PROVISÕES

Riscos cíveis, trabalhistas e regulatórios

A Sociedade tem reclamações judiciais pendentes de resolução e correspondentes, fundamentalmente, a ações cíveis derivadas de responsabilidade civil em relação aos usuários da rodovia, bem como processos trabalhistas e regulatórios.

A Administração constituiu, com base na opinião de seus advogados internos e externos, uma provisão para cobrir as perdas que provavelmente possam decorrer das referidas ações judiciais e estima que a decisão final destas não afete significativamente os fluxos de caixa, a posição financeira e o resultado das operações da Sociedade.

A movimentação do saldo dos riscos cíveis, trabalhistas e regulatórios durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e de 2017 é conforme segue:

Notas Explicativas

	31.12.2017	Adições	Reversões	Pagamentos	Encargos	31.12.2018
Civeis	727	2.162	(680)	(1.720)	-	489
Trabalhistas	621	2.731	(302)	(763)	-	2.287
Regulatório	8.658	-	-	-	333	8.991
Total	10.006	4.893	(982)	(2.483)	333	11.767

	31.12.2016	Adições	Reversões	Pagamentos	Encargos	31.12.2017
Civeis	373	1.881	(206)	(1.321)	-	727
Trabalhistas	385	1.325	(175)	(914)	-	621
Regulatório	6.647	1.235	(201)	-	977	8.658
Total	7.405	4.441	(582)	(2.235)	977	10.006

A Sociedade é parte em processos regulatórios administrativos movidos pela ANTT. Periodicamente a Sociedade realiza revisões técnicas e jurídicas nesses processos, visando avaliar e mensurar os potenciais riscos existentes. Em 31 de dezembro de 2018, a Sociedade provisionou processos cuja probabilidade de perda foi classificada como provável por seus assessores jurídicos totalizando R\$8.991 (R\$8.658 em 31 de dezembro de 2017). Existem ainda outros processos com a ANTT cuja probabilidade de perda é possível de acordo com os assessores jurídicos da Sociedade e que sumarizam o montante de R\$9.231 (R\$8.889 em 31 de dezembro de 2017).

Adicionalmente, a Sociedade é parte em processos cíveis e trabalhistas ainda em andamento, advindos do curso normal de suas operações, classificados como de risco possível por seus advogados, para os quais não foram constituídas provisões. Tais processos representam o montante de R\$7.343 em 31 de dezembro de 2018 (R\$3.567 em 31 de dezembro de 2017).

Os depósitos judiciais no montante de R\$49.419 em 31 de dezembro de 2018 (R\$51.128 em 31 de dezembro de 2017) classificados no ativo não circulante referem-se a discussões judiciais para as quais não há provisão registrada, em virtude de o respectivo risco ser classificado como possível ou remoto. Esse saldo é composto em sua maioria por indenizações para desapropriações de obras e relativos a autos de infrações impostos pela ANTT.

Provisão para manutenção e investimentos

A provisão para manutenção é calculada com base na melhor estimativa considerando os valores da próxima intervenção. A provisão para investimentos é calculada considerando os valores até o final da concessão com base na melhor estimativa de gastos a serem incorridos na construção e melhoria de rodovias.

A movimentação do saldo das provisões para manutenção e investimentos durante os períodos findos em 31 de dezembro de 2018 e de 2017 é conforme segue:

Provisões	Circulante		Não circulante		Total	
	Investimentos em rodovia	Manutenção em rodovia	Investimentos em rodovia	Manutenção em rodovia	Investimentos em rodovia	Manutenção em rodovia
Saldo em 31.12.2017	-	14.600	20.319	57.421	20.319	72.021
Adições/Reversões	-	-	841	46.858	841	46.858
Utilizações	-	(57.862)	-	-	-	(57.862)
Ajuste a valor presente	-	-	127	4.252	127	4.252
Transferências	-	81.802	-	(81.802)	-	-
Saldo em 31.12.2018	-	38.540	21.287	26.729	21.287	65.269

Notas Explicativas

Autopista Litoral Sul S.A.

Provisões	Circulante		Não circulante		Total	
	Investimentos em rodovia	Manutenção em rodovia	Investimentos em rodovia	Manutenção em rodovia	Investimentos em rodovia	Manutenção em rodovia
Saldo em 31.12.2016	23.595	19.098	-	60.121	23.595	79.219
Adições/Reversões	4.396	1.529	-	20.243	4.396	21.772
Utilizações	(186)	(33.735)	-	-	(186)	(33.735)
Ajuste a valor presente	(7.799)	-	313	4.765	(7.486)	4.765
Transferências	(20.006)	27.708	20.006	(27.708)	-	-
Saldo em 31.12.2017	-	14.600	20.319	57.421	20.319	72.021

Os pagamentos efetuados no exercício findo em 31 de dezembro de 2018 referentes às manutenções realizadas foram de R\$60.685 (R\$33.735 em 31 de dezembro de 2017).

17. PATRIMÔNIO LÍQUIDO**a) Capital social**

O capital social subscrito em 31 de dezembro de 2018 e de 2017 é de R\$1.287.996, compostos por 1.213.269.209 ações ordinárias e sem valor nominal, integralizadas pelo valor de R\$1.272.296 (R\$1.188.296 em 31 de dezembro de 2017) que representam 1.197.410.623 ações (1.112.562.138 em 31 de dezembro de 2017).

No decorrer do exercício findo em 31 de dezembro de 2018 ocorreram integralizações de capital no montante de R\$84.000 referente a ata constituída em 20 de dezembro de 2017, sendo que dessa ainda há para integralizar o montante de R\$15.700.

Cada ação tem direito a um voto nas deliberações da Assembleia Geral.

b) Reservas de lucros e distribuição de dividendos:**Reserva legal e retenção de lucros**

O estatuto social da Sociedade prevê que o lucro líquido do exercício, após a destinação da reserva legal, na forma da lei, poderá ser destinado à reserva para riscos cíveis, trabalhistas e fiscais, retenção de lucros prevista em orçamento de capital a ser aprovado pela Assembleia Geral de Acionistas ou reserva de lucros a realizar, observado o Artigo 198 da Lei nº 6.404/76.

Distribuição de dividendos

O estatuto social da Sociedade prevê a distribuição de, no mínimo, dividendo obrigatório de 25% do lucro líquido do exercício, ajustado nos termos do Artigo 202 da Lei nº 6.404/76.

Notas Explicativas**18. RECEITAS**

A conciliação entre a receita bruta e a receita líquida apresentada na demonstração do resultado do período é como segue:

	<u>31.12.2018</u>	<u>31.12.2017</u>
Receita de serviços prestados	337.724	316.308
Receita de serviços de construção	214.791	479.054
Outras receitas	5.087	3.971
Receita bruta	<u>557.602</u>	<u>799.333</u>
ISSQN	(17.078)	(15.970)
PIS	(2.290)	(2.141)
COFINS	(10.566)	(9.881)
Outras deduções	<u>(1.116)</u>	<u>(726)</u>
Receita líquida	<u><u>526.552</u></u>	<u><u>770.615</u></u>

19. CUSTOS E DESPESAS POR NATUREZA

Estão representados por:

	<u>31.12.2018</u>	<u>31.12.2017</u>
Despesas:		
Com pessoal	(12.154)	(11.845)
Serviços de terceiros	(3.619)	(3.072)
Manutenção de bens e conservação	(1.130)	(862)
Consumo	(1.963)	(1.704)
Transportes	(777)	(719)
Seguros/Garantias	(12)	(21)
Provisão para riscos cíveis, trabalhistas e regulatórios	(3.911)	(4.836)
Comunicação e marketing	(1.155)	(1.389)
Indenizações à terceiros	(7)	(74)
Publicações legais	(190)	(221)
Depreciação / Amortização	(1.199)	(1.281)
Outros	<u>(1.935)</u>	<u>(2.098)</u>
Total	<u><u>(28.052)</u></u>	<u><u>(28.122)</u></u>
	<u>31.12.2018</u>	<u>31.12.2017</u>
Custos:		
Com pessoal	(23.117)	(22.337)
Serviços de terceiros	(35.201)	(34.298)
Conservação	(15.812)	(16.112)
Manutenção e conservação de móveis e imóveis	(4.449)	(4.007)
Consumo	(7.843)	(7.197)
Transportes	(4.421)	(4.621)
Verba de fiscalização	(11.818)	(11.451)
Recursos para desenvolvimento tecnológico	(1.191)	(1.216)
Seguros / Garantias	(3.210)	(3.408)
Provisão de manutenção em rodovias	(46.858)	(21.772)
Custos de serviços da construção	(214.791)	(479.054)
Depreciação / Amortização	(102.763)	(91.623)
Outros	<u>(3.508)</u>	<u>(2.104)</u>
Total	<u><u>(474.982)</u></u>	<u><u>(699.200)</u></u>

Notas Explicativas

Autopista Litoral Sul S.A.

20. RESULTADO FINANCEIRO

Está representado por:

	<u>31.12.2018</u>	<u>31.12.2017</u>
Receitas financeiras:		
Aplicações financeiras	2.225	3.777
Encargos financeiros – ajuste a valor presente	-	2.706
Outras receitas	464	745
Total	<u>2.689</u>	<u>7.228</u>
	<u>31.12.2018</u>	<u>31.12.2017</u>
Despesas financeiras:		
Encargos financeiros	(65.215)	(87.019)
Encargos financeiros – ajuste a valor presente	(4.329)	-
Outras despesas	(2.503)	(2.408)
Total	<u>(72.047)</u>	<u>(89.427)</u>

21. DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

a) Caixa e equivalentes de caixa

A composição dos saldos de caixa e equivalentes de caixa, incluída na demonstração dos fluxos de caixa está demonstrada na nota explicativa nº 5.

b) Informações suplementares

	<u>31.12.2018</u>	<u>31.12.2017</u>
Transações de investimentos e financiamentos que não envolveram caixa:		
Aquisição de bens do intangível registrados em obrigações nas contas de fornecedores, partes relacionadas, cauções contratuais e obrigações fiscais	32.091	74.704
Juros capitalizados	50.769	52.763
	<u>31.12.2018</u>	<u>31.12.2017</u>
Transações de investimentos e financiamentos que envolvem caixa:		
Pagamento de investimentos, que não afetaram as adições das notas de imobilizado e intangível do período	(80.299)	(101.201)

22. PREJUÍZO POR AÇÃO

O cálculo básico de prejuízo por ação é feito através da divisão do prejuízo do período, atribuído aos detentores de ações ordinárias da Sociedade, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias disponíveis durante o período.

A tabela a seguir reconcilia o prejuízo e a média ponderada do número de ações utilizados para o cálculo do prejuízo básico e do prejuízo diluído por ação.

Notas Explicativas

	31.12.2018	31.12.2017
<u>Básico/Diluído</u>		
Prejuízo do exercício	(30.668)	(26.246)
Número de ações durante exercício	1.213.269	925.745
Prejuízo por ação	<u>(0,0253)</u>	<u>(0,0284)</u>

Não há diferença entre prejuízo básico e prejuízo diluído por ação por não ter havido durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e de 2017, instrumentos patrimoniais com efeitos dilutivos.

A quantidade média ponderada de ações ordinárias usadas no cálculo do prejuízo diluído por ação concilia com a quantidade média ponderada de ações ordinárias usadas na apuração do prejuízo básico por ação, não existindo mais quantidades como opções a empregados e/ou outras opções a serem conciliadas.

23. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

As operações com instrumentos financeiros da Sociedade estão reconhecidas nas informações financeiras trimestrais, conforme o quadro a seguir:

	Nível	31.12.2018		31.12.2017	
		Mensurados a valor justo por meio de resultado	Custo amortizado	Mensurados a valor justo por meio de resultado	Custo amortizado
Equivalentes de caixa	Nível 2	18.984	-	16.373	-
Contas a receber clientes	Nível 2	-	14.232	-	14.917
Partes relacionadas	Nível 2	-	-	-	37
Aplicações financeiras vinculadas	Nível 2	28.822	-	24.643	-
Outros Créditos	Nível 2	-	1.322	-	1.396
Empréstimos e financiamentos	Nível 2	-	507.455	-	558.587
Empréstimos partes relacionadas	Nível 2	-	1.008.986	-	821.479
Fornecedores e cauções contratuais	Nível 2	-	38.818	-	41.222
Fornecedores - Risco sacado	Nível 2	-	6.432	-	4.266
Partes relacionadas	Nível 2	-	1.438	-	2.234
Taxa de fiscalização	Nível 2	-	989	-	961
Outras contas a pagar	Nível 2	-	5.478	-	14.338
		<u>47.806</u>	<u>1.585.150</u>	<u>41.016</u>	<u>1.459.437</u>

O quadro acima apresenta os ativos financeiros classificados de acordo com o CPC 40 e as novas categorias de mensuração de acordo o CPC 48.

O pronunciamento técnico CPC 48 requer a classificação em uma hierarquia de três níveis para mensurações a valor justo dos instrumentos financeiros, baseada em informações observáveis e não observáveis referentes à valorização de um instrumento financeiro na data de mensuração.

O pronunciamento técnico CPC 48 também define informações observáveis como dados de mercado, obtidos de fontes independentes e informações não observáveis que refletem premissas de mercado.

Os três níveis de hierarquia de valor justo são:

- Nível 1: Preços cotados em mercado ativo para instrumentos idênticos;
- Nível 2: Informações observáveis diferentes dos preços cotados em mercado ativo que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (como preços) ou indiretamente (derivados dos preços);
- Nível 3: Instrumentos cujos fatores relevantes não são dados observáveis de mercado.

Notas Explicativas

Autopista Litoral Sul S.A.

Os seguintes métodos e premissas foram adotados:

Mensurados a valor justo por meio do resultado

Estima-se que os valores contábeis das contas a receber de clientes e contas a receber de partes relacionadas estejam próximos de seus valores justos, em virtude do curto prazo das operações realizadas.

O valor contábil aproxima-se do seu valor justo em virtude de as operações serem efetuadas a juros pós-fixados e apresentarem possibilidade de resgate imediato.

Ativo ou Passivo financeiro mensurado pelo custo amortizado

Os valores registrados contabilmente aproximam-se razoavelmente do valor justo pois estão atrelados a uma taxa de juros pós-fixada, no caso, a variação do CDI. Os valores contábeis dos financiamentos atrelados à Taxa de Juros de Longo Prazo - TJLP aproximam-se dos seus valores justos em razão de a TJLP ser uma taxa que, apesar de pré-fixada, não sofre variações, uma vez que é pré determinada todos os trimestres pelo Conselho Monetário Nacional - CMN.

24. GESTÃO DE RISCO

De acordo com a sua natureza, os instrumentos financeiros podem envolver riscos conhecidos ou não, sendo importante a avaliação potencial dos riscos. Os principais fatores de risco que podem afetar os negócios da Sociedade estão apresentados a seguir:

Riscos de mercado

a) Exposição a riscos cambiais

Em 31 de dezembro de 2018 e de 2017, a Sociedade não apresenta saldo relevante de ativo ou passivo denominado em moeda estrangeira.

b) Exposição a riscos de taxas de juros

A Sociedade está exposta a riscos normais de mercado, relacionados às variações da TJLP e do CDI, relativos a empréstimos e debêntures em reais. As taxas de juros das aplicações financeiras são vinculadas à variação do CDI.

Em atendimento à Instrução CVM nº475, em 31 de dezembro de 2018, a Administração efetuou análise de sensibilidade considerando aumentos de 25% e de 50% nas taxas de juros esperadas sobre os saldos de empréstimos e financiamentos, debêntures e mútuos com partes relacionadas, líquidos das aplicações financeiras.

Indicadores	Efeito no lucro antes da tributação - Aumento/Redução em pontos bases		
	Cenário I (provável)	Cenário II (+ 25%)	Cenário III (+50%)
CDI	7,00%	8,75%	10,50%
Receita de aplicações financeiras	2.999	3.749	4.499
Juros a incorrer - Mútuos e Debêntures privadas (*)	(67.595)	(81.832)	(96.069)
Juros a incorrer CDI líquido (*)	<u>(64.596)</u>	<u>(78.083)</u>	<u>(91.570)</u>
TJLP	7,03%	8,79%	10,55%
Juros a incorrer - BNDES (*)	(48.714)	(57.922)	(67.130)
Juros a incorrer TJLP líquido (*)	<u>(48.714)</u>	<u>(57.922)</u>	<u>(67.130)</u>
Juros a incorrer líquido	<u>(113.310)</u>	<u>(136.005)</u>	<u>(158.700)</u>

Fonte dos índices: Relatório Focus – Banco Central do Brasil - BACEN.

Notas Explicativas

(*) Refere-se ao cenário de juros a incorrer para os próximos 12 meses ou até a data do vencimento do contrato, o que for menor.

Essas apresentações são adicionais às divulgações requeridas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, estando apresentadas em conformidade com as divulgações requeridas pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM.

c) Risco de crédito

Em 31 de dezembro de 2018, a Sociedade apresenta valores a receber no valor de R\$13.177 (R\$13.500 em 31 de dezembro de 2017) das empresas CGMP – Centro de Gestão de Meios de Pagamentos S.A., Conectcar Soluções de Mobilidade Eletrônica S.A. e Move Mais Meios de Pagamentos Ltda, decorrentes de receitas de pedágios arrecadadas pelo sistema eletrônico de pagamento de pedágio, registrados na rubrica “Contas a receber”.

A Sociedade possui cartas de fiança firmadas por instituições financeiras para garantir a arrecadação das contas a receber com as empresas administradoras do sistema eletrônico de pagamento de pedágio.

d) Risco de liquidez e gestão de capital

O risco de liquidez é gerenciado pela controladora Arteris S.A., que possui um modelo apropriado de gestão de risco de liquidez para as necessidades de captação e gestão de liquidez no curto, médio e longo prazos.

A controladora gerencia o risco de liquidez mantendo adequadas reservas, linhas de crédito bancárias e linhas de crédito para captação de empréstimos que julgue adequados, por meio do monitoramento contínuo dos fluxos de caixa previstos e reais, e pela combinação dos perfis de vencimento dos ativos e passivos financeiros.

A Sociedade administra o capital por meio do monitoramento dos níveis de endividamento de acordo com os padrões de mercado e o cumprimento de índices (*covenants*) previstos em contratos de empréstimos e financiamentos.

A tabela a seguir mostra em detalhes o prazo de vencimento contratual restante dos passivos financeiros não derivativos da Sociedade e os prazos de amortização contratuais. A tabela foi elaborada de acordo com os fluxos de caixa não descontados dos passivos financeiros com base na data mais próxima em que a Sociedade deve quitar as respectivas obrigações. A tabela inclui os fluxos de caixa dos juros e do principal. Na medida em que os fluxos de juros são pós-fixados, o valor não descontado foi obtido com base nas curvas de juros no encerramento do período. O vencimento contratual baseia-se na data mais recente em que a Sociedade deve quitar as respectivas obrigações:

Modalidade	Taxa de juros (média ponderada) efetiva % a.a.	2019	2020	2021	2022	2023 em diante	Total
BNDES Automático	9,30%	98.324	98.323	98.324	98.323	264.538	657.832
Capital de giro	17,18%	6.518	-	-	-	-	6.518
Fornecedores e cauções contratuais	-	38.818	-	-	-	-	38.818
Outras contas a pagar	-	5.478	-	-	-	-	5.478
Partes relacionadas	7,27%	934.479	-	168.210	-	-	1.102.689
Fornecedores partes relacionadas	-	1.438	-	-	-	-	1.438
		<u>1.085.055</u>	<u>98.323</u>	<u>266.534</u>	<u>98.323</u>	<u>264.538</u>	<u>1.812.773</u>

Notas Explicativas

Autopista Litoral Sul S.A.

Modalidade	Taxa de juros (média ponderada) efetiva % a.a.	01/01 a 31/03/2019	01/04 a 30/06/2019	01/07 a 30/09/2019	01/10 a 31/12/2019	Total
BNDÉS Automático	9,30%	24.581	24.581	24.581	24.581	98.324
Capital de giro	17,18%	6.518	-	-	-	6.518
Fornecedores e cauções contratuais	-	37.692	1.126	-	-	38.818
Outras contas a pagar	-	5.419	44	13	2	5.478
Partes relacionadas	7,27%	44.900	182.962	74.186	632.431	934.479
Fornecedores partes relacionadas	-	1.438	-	-	-	1.438
		<u>120.548</u>	<u>208.713</u>	<u>98.780</u>	<u>657.014</u>	<u>1.085.055</u>

25. INFORMAÇÕES POR SEGMENTO DE NEGÓCIO

A operação da Sociedade consiste na exploração de concessão pública de rodovias, sendo este o único segmento de negócio e maneira em que as decisões e os recursos são feitos.

A área de concessão da Sociedade é dentro do território brasileiro e as receitas são provenientes de cobrança de tarifa de pedágio dos usuários das rodovias; portanto, nenhum cliente individualmente contribui de forma significativa para as receitas da Sociedade.

26. GARANTIAS E SEGUROS

A Sociedade, por força contratual, mantém regularizadas e atualizadas as garantias que cobrem a execução das funções de ampliação e conservação especial e das funções operacionais de conservação ordinária da malha rodoviária e o pagamento da parcela fixa do ônus da concessão, quando aplicável.

Adicionalmente, por força contratual e por política interna de gestão de riscos, a concessionária mantém vigentes apólices de seguros de riscos operacionais, de engenharia e de responsabilidade civil, para garantir a cobertura de danos decorrentes de riscos inerentes às suas atividades, tais como perda de receita, destruição total ou parcial das obras e dos bens que integram a concessão, além de danos materiais e corporais aos usuários. Todos de acordo com os padrões internacionais para empreendimentos dessa natureza.

Em 31 de dezembro de 2018, as coberturas de seguros são resumidas como segue:

Modalidade	Riscos cobertos	Limites de indenização
Todos os riscos	Riscos patrimoniais/perda de receita(*) Responsabilidade civil	180.000 20.000
Garantia	Garantia de execução do Contrato de Concessão	136.995

(*) Por sinistro

Além dos seguros anteriormente mencionados, a Sociedade contratou apólices na modalidade Seguro Garantia Judicial referente a discussões judiciais proveniente de autos de infração da ANTT e do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA para as quais não há provisão registrada, em virtude de o respectivo risco ser classificado como possível ou remoto. O valor dessa garantia em 31 de dezembro de 2018 e de 2017 é de R\$60.653.

Notas Explicativas

27. EVENTOS SUBSEQUENTES

A seguir relação de integralizações de capital ocorridas na Sociedade:

<u>Data</u>	<u>Aprovação</u>	<u>Valor integralizado</u>
21.01.2019	AGE	2.000
05.02.2019	AGE	<u>6.000</u>
		<u>8.000</u>

Pareceres e Declarações / Relatório do Auditor Independente - Sem Ressalva

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Administradores e Acionistas da

Autopista Litoral Sul S.A

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Autopista Litoral Sul S.A. (“Sociedade”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2018 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Autopista Litoral

Sul S.A. em 31 de dezembro de 2018, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Sociedade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outros assuntos

Demonstração do valor adicionado

A demonstração do valor adicionado (“DVA”), referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018, elaborada sob a responsabilidade da Administração da Sociedade, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Sociedade. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está reconciliada com as demais demonstrações financeiras e os registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e o seu conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse pronunciamento técnico e é consistente em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras, e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Reconhecimento de receita de arrecadação de pedágio

A receita proveniente de arrecadação de pedágio é decorrente dos termos e das condições estabelecidos no contrato de concessão rodoviária, que determina que “a concessão é um serviço público precedida da execução de obra pública (ativo intangível) que será explorada em regime de cobrança de pedágio e de outros serviços prestados aos usuários”. Anualmente, as tarifas são reajustadas de acordo com o contrato de concessão, o que impacta diretamente a receita da concessionária com base no tráfego das rodovias. O sistema de arrecadação de pedágio é utilizado para a mensuração e cobrança das passagens de veículos, por meio das vias manuais (cobrança em espécie nas cabines de pedágio) e vias automáticas (abertura automática da cancela do pedágio em decorrência da leitura do dispositivo eletrônico de identificação (“tag”) fixado no interior dos veículos, além da leitura da quantidade de eixos de cada veículo passante e a coerência entre o número de eixos cadastrados no “tag” e o número de eixos reais do veículo passante). Considerando esse contexto, identificamos o reconhecimento de receitas provenientes de arrecadação de pedágio como um assunto significativo que exigiu consideração especial de auditoria, além da utilização de especialistas em auditoria de sistemas para dar suporte a nossa avaliação e ao nosso entendimento sobre o funcionamento dos sistemas de arrecadação e para avaliar os controles existentes acerca do reconhecimento de receitas de arrecadação de pedágio. Com base nas evidências de auditoria obtidas por meio dos procedimentos aplicados, consideramos a receita reconhecida proveniente de arrecadação de pedágio aceitável no contexto das demonstrações financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018 tomadas em conjunto.

Ativo intangível - Avaliação do risco de redução do valor recuperável do ativo intangível

O ativo intangível é composto principalmente pelos investimentos e pelas obras realizadas nas rodovias e representa 93% do total do ativo nas demonstrações financeiras. A avaliação do valor recuperável do ativo intangível das concessionárias federais da Sociedade, as quais realizam obras de ampliação da capacidade e de melhoramento das rodovias que representam adições expressivas ao ativo intangível, foi significativa para a nossa auditoria, porque o processo de avaliação é complexo, envolve um grau significativo de julgamento por parte da Administração e baseia-se em premissas que são afetadas por condições futuras esperadas da economia e do mercado. Dessa forma, nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros, a utilização de especialistas para a avaliação da razoabilidade das premissas e das metodologias usadas pela Sociedade, em especial aquelas que se referem ao crescimento previsto da receita decorrente de arrecadação de pedágio, que pode ser impactado pela redução ou pelo crescimento econômico, pelas taxas de inflação esperadas, pela evolução demográfica, pelo volume de tráfego de veículos, entre outras premissas. As divulgações da Sociedade sobre o ativo intangível constam na nota explicativa nº 2 às demonstrações financeiras, que evidencia a natureza de cada concessão, bem como os investimentos em melhorias na infraestrutura previstos para os próximos anos; e na nota explicativa nº 10 às demonstrações financeiras, que demonstra a movimentação dos saldos de ativo intangível durante o exercício. Com base nas evidências de auditoria obtidas por meio dos procedimentos aplicados, consideramos aceitável o valor do ativo intangível relacionado às concessões federais no contexto das demonstrações financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018 tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A Administração da Sociedade é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração, e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a esse respeito.

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Sociedade continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Sociedade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Sociedade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Sociedade.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Sociedade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Sociedade a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Campinas, 27 de fevereiro de 2019

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU Paulo de Tarso Pereira Jr.

Audidores Independentes Contador

CRC nº 2 SP 011609/O-8 CRC nº 1 SP 253932/O-4

Pareceres e Declarações / Parecer do Conselho Fiscal ou Órgão Equivalente

Não foi instalado conselho fiscal.

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

Declaração da Diretoria

Na qualidade de Diretores da Autopista Litoral Sul S.A., declaramos, nos termos do artigo 25 da Instrução CVM nº 480, datada de 7 de dezembro de 2009, que revimos, discutimos e concordamos com as informações financeiras relativas ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2018.

Joinville, 27 de fevereiro de 2019.

Diretoria

Juan Gabriel Lopez Moreno

Diretor Econômico Financeiro/ Diretor de Relação com Investidores

Flavia Lucia Mattioli Tâmega

Diretora Jurídica

Andre Giavina Bianchi

Diretor Superintendente

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente

Declaração da Diretoria

Na qualidade de Diretores da Autopista Litoral Sul S.A., declaramos, nos termos do artigo 25 da Instrução CVM nº 480, datada de 7 de dezembro de 2009, que revimos, discutimos e concordamos com o conteúdo e opinião expressos no parecer da Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes.

Joinville, 27 de fevereiro de 2019.

Diretoria

Juan Gabriel Lopez Moreno

Diretor Econômico Financeiro/ Diretor de Relação com Investidores

Flavia Lucia Mattioli Tâmega

Diretora Jurídica

Andre Giavina Bianchi

Diretor Superintendente